



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 19 de junho de 2026

-----Aos dezanove dias do mês de junho, do ano dois mil e vinte e seis, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----**1 – Análise e votação de atas:**-----

-----1.1 Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 25-04-2026;-----

-----1.2 Ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 29-04-2026.-----

-----**2 – Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

-----**3 – Período da Ordem do Dia:**-----

-----3.1 Apreciação e votação de Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim de São Bento Clemente Júnior, ex-Autarca de Águeda;-----

-----3.2 Apreciação e votação da proposta de Alteração Modificativa n.º 1 ao Orçamento de 2026; -----

-----3.3 Apreciação e votação do Regulamento “Normas de Participação da iniciativa Carnaval Fora D’Horas”;-----

-----3.4 Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Regalias Sociais de Incentivos à Fixação dos Bombeiros Voluntários de Águeda;-----

-----3.5 Apreciação e votação da proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Castanheira do Vouga para atribuição do apoio financeiro para a elaboração dos Projetos de Especialidades de Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia;-----

-----3.6 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Belazaima do Chão, no âmbito do evento “Evento da Freguesia Natal”, de 2025;-----

-----3.7 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Barrô, no âmbito do evento “Estás em Barrô...Mexe-te”, de 2026;-----

-----3.8 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Fermentelos, no âmbito do evento “Fermentelos Fest”, de 2026;-----

-----3.9 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à União de Freguesias de Recardães e Espinhel, no âmbito do evento “Freguesia em Festa”, de 2026;-----

-----3.10 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, no âmbito do evento “Trofa Convida”, de 2026;-----

-----3.11 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga, no âmbito do evento “Macinhata em Festa”, de 2026;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----3.12 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Aguada de Cima, no âmbito do evento “Festa da Vila de Aguada de Cima”, de 2026;-----

-----3.13 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito do evento “Festas da Vila de Valongo do Vouga”, de 2026;-----

-----3.14 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

-----**Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

-----José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Inês Nunes Figueiredo – PPD/PSD.MPT;-----

-----Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

-----Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----

-----Pedro António Machado Vidal – CDS-PP;-----

-----Hugo Miguel da Costa – PPD/PSD.MPT;-----

-----Carla Eliana da Costa Tavares – PS;-----

-----Cristina Paula Fernandes Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

-----Ana Catarina Duarte Nogueira – CH;-----

-----Jacinto da Graça Abrantes – PPD/PSD.MPT;-----

-----Maria dos Santos Galhano – PPD/PSD.MPT;-----

-----Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

-----Abílio Ferreira Gomes Silva – PPD/PSD.MPT;-----

-----Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP;-----

-----Fábio José Duarte Reis – PPD/PSD.MPT;-----

-----João de Almeida Alves – PS;-----

-----Luís Miguel Amador Tendeiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PPD/PSD.MPT;-----

-----Vítor Manuel Caldeira Milheiro – CH;-----

-----Ana Paula Pereira Silva – PPD/PSD.MPT;-----

-----**Em representação das Juntas/Uniãos de Freguesias compareceram:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Tiago Filipe Cardoso Duarte – PJ de Agadão;-----
-----Carlos Manuel dos Santos Tavares – PJ de Aguada de Cima;-----
-----Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PJ de Águeda;-----
-----João Marques Pitau – PJ de Barrô;-----
-----Carlos Pedro Antunes dos Santos – PJ de Belazaima do Chão;-----
-----Jorge da Silva Mendes – PJ de Borralha;-----
-----Victor Manuel Abrantes Silva – PJ de Castanheira do Vouga;-----
-----Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos;-----
-----Vítor Manuel Dias Nogueira Gomes – Secretário JF de Macinhata do Vouga;-----
-----Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga;-----
-----Nelson Oliveira Soares – PUF de Préstimo e Macieira de Alcôba;-----
-----Ricardo António Martins Ferreira – PUF de Recardães e Espinhel;-----
-----Ilda Maria de Almeida Pinheiro – Tesoureira UF de Travassô e Óis da Ribeira;-----
-----Lino André Pessoa Santos – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga;-----
-----**Da Câmara Municipal de Águeda estiveram presentes os seguintes Membros:** -----
-----Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente;-----
-----Marlene Domingues Gaio – PPD/PSD.MPT – Vereadora;-----
-----Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PPD/PSD.MPT – Vereador;-----
-----Carlos Daniel da Silva Filipe – PPD/PSD.MPT – Vereador;-----
-----Daniela Alexandra Pereira Herculano – PS – Vereadora;-----
-----José Augusto de Almeida Mota – PS – Vereador;-----
-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e iniciou os trabalhos, saudando todos os presentes e dando nota do seguinte:-----
-----**Presidente da Assembleia:** Muito boa noite a todos. Vamos iniciar os trabalhos desta sessão para, de alguma forma, tentarmos não alongar muito. Começo por vos cumprimentar a todos e saudar as Secretárias da Mesa. A Sra. 1ª Secretária está um pouco atrasada, deu nota disso à Mesa, deve estar a chegar entretanto. Os meus cumprimentos também aos Srs. Deputados Municipais aqui presentes, ao Sr. Presidente da Câmara e restante Executivo, aos Srs. Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, também, caro amigo do público aqui presente, boa noite, bem-vindo, a todos aqueles que nos assistem pela ÁguedaTV, as Sras. Técnicas de linguagem gestual também, os meus cumprimentos aos funcionários da Autarquia. Como habitual, vamos dar início à 3ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, hoje, 19 de junho de 2026. Portanto, temos quórum e estamos preparados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para prosseguir. Como habitual, vou dar nota da correspondência que foi remetida à Mesa neste interregno e, essencialmente, a mesma resume-se aos pedidos de substituição para esta sessão. Foram vários e vou passar a referir quais foram os pedidos de substituição e as respetivas substituições.-----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

-----Sr. Deputado Humberto José Tavares Moreira e, em sua substituição, a Sra. Deputada Inês Nunes Figueiredo. Sra. Deputada Joana Cristina Correia dos Santos e, em sua substituição, o Sr. Deputado Fábio José Eduardo Reis, o Sr. Deputado Firmino Mário Abrantes e Vasconcelos e, em sua substituição, o Sr. Deputado Hugo Miguel da Costa. Depois, Sr. Deputado João Pedro Soeiro de Matos Fernandes e, em sua substituição, a Sra. Deputada Júlia Maria Pinheiro de Melo. O Sr. Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal e, em sua substituição, Sr. Deputado João de Almeida Alves que está a chegar. Faça favor. Depois, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata de Vouga, Hugo Manuel Fonseca Silva e, em sua substituição, o Sr. Secretário Vítor Manuel Dias Nogueira Gomes. E, por último, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, Sérgio Edgar da Costa Neves e, em sua substituição, a Sra. Tesoureira Ilda Maria de Almeida Pinheiro. Portanto, são estes os pedidos de substituição e as respetivas substituições, e foi esta a correspondência que a Mesa recebeu neste intervalo.-----

-----Julgo que toda a correspondência desta Assembleia foi, como habitual, disponibilizada por via eletrónica. Julgo que não houve relatos de indisponibilidade no acesso à mesma, e que estão todos perfeitamente inteirados dos pontos e da documentação que lhe serve de base. Vamos passar à análise e votação de duas atas.-----

-----ANÁLISE E VOTAÇÃO DE ATA-----

-----Uma ata que corresponde à 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda, portanto, de 25 de abril de 2026. E uma outra da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a última Assembleia Ordinária, de 29 de abril de 2026. Srs. Deputados, a redação da ata foi também disponibilizada aquando do envio da documentação. Certamente, quem teve oportunidade de a verificar, eu pergunto se relativamente à ata da Sessão Extraordinária de 25 de abril, se existe algum reparo, alguma sugestão de alteração.-----

-----A senhora deputada Ana Nogueira interveio para assinalar um lapso na identificação do seu apelido, antes da sua intervenção, uma vez que constava incorretamente como Ana Oliveira.-----

-----**Presidente da Assembleia:** É o que está escrito. Muito bem. Antes da sua intervenção? Na minha intervenção é que está mal identificada. Eu assumo, totalmente. Será corrigido. Mas é bom, é sinal que as pessoas leem, estão atentas e é importante. Quando se coloca o ponto à discussão não é só



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para preencher o calendário, como se costuma dizer, é para, de facto, percebermos que as pessoas têm atenção aos números. Não obstante isso, podemos avançar para a votação da mesma? Muito bem. Passamos então à votação.-----

-----**1.1 Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 25-04-2026;**-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por maioria**, com duas abstenções (uma do Grupo Municipal do PS e outra do Grupo Municipal Juntos por Águeda PSD / MPT), a ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 25 de abril de 2026.-----

-----**1.2 Ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda | 29-04-2026.**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Também coloco a mesma à discussão. Srs. Deputados, algum reparo, alguma sugestão, alguma intervenção? Não? Muito bem. Passamos então à votação.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por maioria**, com uma abstenção do Grupo Municipal do PS, a ata da 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 29 de abril de 2026.-----

-----Estão votadas as duas últimas atas das duas últimas sessões desta Assembleia Municipal. E prosseguimos com o momento de intervenção do público. Nós temos uma pessoa no público. Não sei se tem intenção de intervir. Não. Muito bem. Portanto, não temos intervenção do público e, desta forma, terminamos este nosso período, passando ao segundo período, que neste caso é o período antes da ordem do dia e eu coloco a questão se pretendem avançar para as inscrições. Se quiserem, obviamente, podem fazê-lo em momento posterior. Deputada Ana Paula, Deputada Catarina, Deputado Vítor. Sra. Deputada Ana Paula, faça favor.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----**Ana Paula Pereira Silva – PPD/PSD.MPT;**-----

-----Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias da Mesa da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados Municipais, Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sras. e Srs. Vereadores, Srs. Presidentes da Junta e União de Freguesias, público aqui presente e a todos aqueles que nos acompanham pela ÁguedaTV, muito boa noite. -----

-----Mesmo sabendo que o Poder Autárquico não detém competências diretas sobre a organização e gestão dos serviços de Administração Central do Estado, entendo ser meu dever trazer hoje a esta Assembleia uma preocupação crescente da população aguedense e, em particular, dos funcionários que diariamente dependem destes serviços para o exercício da sua atividade.-----

-----Refiro-me ao funcionamento dos serviços de Finanças das Conservatórias e do Tribunal, cuja capacidade de resposta se tem revelado manifestamente insuficiente e desadequada, para não dizer,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

em alguns casos, praticamente inexistente. A realidade que os cidadãos de Águeda enfrentam diariamente nestes serviços é, infelizmente, cada vez mais preocupante. Após a pandemia da COVID-19, foram implementados novos modelos de atendimento que, embora compatíveis num contexto pandémico e excecional, acabaram por se traduzir numa permanente desorganização dos serviços públicos, agravando constrangimentos anteriormente existentes e contribuindo para uma crescente degradação da qualidade do atendimento.-----

-----Nos serviços de Finanças persistem dificuldades significativas no acesso ao atendimento presencial, escassez de vagas para marcações, atrasos na tramitação de processos e uma evidente insuficiência de recursos humanos. Muitos cidadãos vêm-se obrigados a aguardar semanas para obter resposta a assuntos que exigem resolução célere, criando situações de incertezas e de prejuízos.-----

-----Particularmente preocupante é a situação da Conservatória do Registo Civil. Atualmente, este serviço dispõe apenas de duas funcionárias, sendo que uma delas exerce – com as devidas restrições – funções equiparadas à Conservadora. Desde a saída da anterior Conservadora, não foi nomeado qualquer substituto, situação agravada por aposentações e baixas prolongadas de outras funcionárias. O resultado é um serviço público incapaz de responder adequadamente às solicitações da população. Aquilo que deveria constituir um serviço de proximidade transformou-se num verdadeiro obstáculo administrativo, obrigando os cidadãos de Águeda a deslocarem-se a outros Concelhos para tratar assuntos básicos como a obtenção de certidões, a renovação do cartão do cidadão ou a emissão de passaportes. Esta realidade tem consequências particularmente gravosas para os idosos, para as pessoas com menores recursos económicos, para cidadãos com limitações de mobilidade e para todos aqueles que dispõem de menor capacidade para suportar deslocações adicionais, custos acrescidos e perdas de tempo.-----

-----Também a Conservatória do Registo Predial e Comercial Automóvel enfrenta sérias dificuldades. Tem vindo a restringir progressivamente a receção de processos, acumulando atrasos significativos e limitando a prática de diversos atos de registo. A recusa de atos de registo comercial, tendo sido igualmente restringido o atendimento relativo ao registo automóvel, atualmente está sujeito a marcação prévia, sendo esta uma das Conservatórias que apresenta menor produtividade e volume de tramitação no país. Esta situação afeta diretamente a atividade económica do Concelho. Empresas, empresários, solicitadores, advogados e cidadãos vêm-se confrontados com demoras injustificadas e constrangimentos burocráticos que prejudicam investimentos, atrasam negócios e reduzem a competitividade do território. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----No que respeita ao Tribunal de Águeda, importa recordar que a reforma do mapa judiciário de 2014 determinou a integração do Tribunal na Comarca de Aveiro, retirando a autonomia e diversas valências que anteriormente possuía. Esta reorganização teve impactos evidentes no acesso à justiça e na dinâmica jurídica do Concelho. Acresce que a carência de recursos humanos continua a comprometer seriamente o funcionamento da estrutura judicial local. Apesar do aumento da carga processual e da recessão de processos provenientes de outros Municípios, Anadia, Albergaria-a-Velha e Mealhada, o número efetivo de Oficiais de Justiça não acompanhou essa evolução. Esta realidade contribui para atrasos processuais, dificulta a tramitação dos processos e compromete a eficiência da resposta judicial. Segundo dados divulgados pelo Sindicato dos Funcionários Judiciais, existem atualmente menos de cerca de 1.900 Oficiais de Justiça do que necessário a nível nacional. Águeda não é exceção. Estamos, portanto, perante o problema que ultrapassa a mera gestão interna destes serviços. Trata-se de uma questão de coesão territorial, de igualdade no acesso aos serviços públicos e da defesa dos direitos de cidadão. Quando o Concelho perde capacidade de resposta nos seus serviços públicos essenciais, perde também a atratividade para fixar a população, captar investimentos e apoiar o crescimento da sua atividade económica. A degradação destes serviços afeta a qualidade de vida dos cidadãos, penaliza as empresas locais e fragiliza a competitividade do território. Torna-se urgente reforçar os recursos humanos nos serviços de Finanças, Conservatórios e Tribunais, em Águeda, claro, assegurar a nomeação de profissionais em falta, melhorar os modelos de atendimento e garantir uma resposta célere, eficiente e próxima dos cidadãos.-----

-----Num Concelho inovador, dinâmico e com uma forte malha empresarial, esta situação não pode ser ignorada, merece ser denunciada e combatida por todos nós, eleitos para representar e dar voz às preocupações, dificuldades e legítimas aspirações dos aguedenses. É em nome deles que hoje deixo este apelo, esperando que desta Assembleia saia uma forte tomada de posição e uma clara chamada de atenção dirigida a quem tem todo o direito e o dever de resolver estes problemas. Obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada Ana Paula. Sra. Deputada Ana Catarina Nogueira, por favor. -----

-----**Ana Catarina Duarte Nogueira – CH:**-----

-----”Boa noite. Começo por cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia e as Sras. Secretárias da Mesa, os meus colegas Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Câmara e as Sras. e Srs. Vereadores, cumprimentar também os Srs. Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, o público aqui presente e a quem nos assiste pela ÁguedaTV.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----O Grupo Municipal do CHEGA considera oportuno reconhecer o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal nas áreas do ambiente, da sustentabilidade e da valorização do território, atendendo aos resultados alcançados e ao seu contributo para a projeção do Concelho e para a melhoria da qualidade de vida da população.-----

-----Nos últimos anos, Águeda tem alcançado reconhecimento nacional e internacional pelas suas políticas de sustentabilidade, inovação urbana e qualificação dos espaços públicos. Destaca-se neste contexto a renovação da distinção LivCom, que voltou a colocar o Município entre os mais bem classificados do mundo na sua categoria populacional e o reconhecimento alcançado pelo projeto Águeda Smart CityLab. Importa também assinalar o investimento continuado na requalificação e manutenção de parques e espaços verdes, com impacto positivo na valorização do espaço público, na promoção da qualidade ambiental, no incentivo a estilos de vida saudáveis e na promoção de convívio intergeracional. Entendemos também ser de inteira justiça destacar a forma digna, respeitosa e profundamente humana com que a Câmara Municipal de Águeda assinalou o 40º aniversário do incêndio catástrofe, que marcou para sempre a história do nosso Concelho. As homenagens prestadas constituíram um momento de memória coletiva, de respeito pelas vítimas e de solidariedade para com os familiares daqueles que perderam a vida numa das maiores tragédias vividas pela nossa comunidade. O CHEGA, em Águeda, associa-se plenamente a essas homenagens e manifesta o seu profundo pesar por tão dolorosa perda, que continua presente na memória de todos os aguedenses. Recordamos com respeito e gratidão as vítimas dessa tragédia e expressamos a nossa solidariedade para com as suas famílias. Nesta ocasião, importa igualmente reconhecer o papel insubstituível dos Bombeiros, cuja coragem, dedicação e espírito de missão merecem o mais elevado respeito. São homens e mulheres que muitas vezes, colocando a própria vida em risco, protegem pessoas e bens, socorrem populações em momentos de aflição e representam um dos mais nobres exemplos de serviço à comunidade. Atendendo à relevância da missão que desempenham e à importância que assumem na proteção das populações e do território, considera o Grupo Municipal do CHEGA que o Executivo Municipal deverá manter o seu compromisso de apoio aos Bombeiros, assegurando a estabilidade do respetivo financiamento. Entendemos que esse apoio deve ser preservado, mesmo perante a necessidade de responder a situações urgentes ou excecionais que possam surgir para além do quadro financeiro inicialmente definido e aprovado, garantindo às corporações as condições necessárias para o pleno exercício das suas funções. Independentemente das legítimas diferenças políticas, entendemos que devem ser reconhecidas as iniciativas e os resultados que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Concelho, para a valorização do território e para o bem-estar da população. Por isso, o Grupo Municipal do CHEGA deixa expresso o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

seu reconhecimento pelos resultados alcançados nestas áreas e pela forma respeitosa e digna como foi assinalada uma data tão marcante para a história do nosso Concelho. Muito obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sra. Deputada Catarina Nogueira. Sr. Deputado Vítor Milheiro, por favor. -----

-----**Vítor Manuel Caldeira Milheiro – CH:**-----

-----”Boa noite. Aproveito para cumprimentar todos os digníssimos presentes. Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sras. Secretárias, os meus colegas Deputados Municipais, o Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Vereadores, cumprimento igualmente os Srs. Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia, o público aqui presente e a quem nos assiste pela ÁguedaTV, nomeadamente a Comunicação Social.-----

-----O Grupo Municipal do CHEGA vem por este meio manifestar a sua preocupação com o estado de conservação, planeamento e segurança da nossa rede viária. A qualidade das vias comunica diretamente com a qualidade de vida e bem-estar e integridade física de todos os que nelas circulam diariamente, quer se desloquem a pé, bicicleta, trotinete, em transportes públicos ou em veículos automóveis privados. Reconhecemos e compreendemos que a execução das obras estruturantes geram inevitáveis constrangimentos temporários, causando desconforto tanto a residentes como a empresários locais.-----

-----No entanto, para que haja a devida previsibilidade e emigração de impactos, o Grupo Municipal do CHEGA questiona este Executivo: qual é o ponto de situação e previsão exata da conclusão de cada um dos projetos e obras atualmente em curso no Concelho? Sr. Presidente, esta urgência assume uma dimensão ainda mais alarmante com a proximidade das festividades que trazem ao nosso Concelho dezenas de milhares de visitantes, provocando um aumento excecional do fluxo natural. A nossa rede diária, que já se encontra fragilizada pelas intempéries do início do ano, na zona centro e vai ser submetida a uma maior pressão. Se as vias já representam um perigo para os residentes, o risco multiplica-se excecionalmente com milhares de condutores externos a circular nelas. Destacamos, por isso, duas situações críticas que exigem intervenção prioritária, antes que o fluxo das festividades piore o cenário. Constrangimentos na Estrada Nacional 1, quem se desloca no sentido norte-sul depara-se com uma faixa de rodagem interdita na zona do radar. Da mesma forma, quem circula no sentido sul-norte enfrenta fortes constrangimentos e vias obstruídas, tanto na N1 como nas variantes paralelas. Sinistralidade e falta de segurança passiva foram identificados troços que representam um perigo acrescido sob condições atmosféricas adversas. Lamentavelmente, num destes locais, sem a devida proteção e com défice de iluminação pública, registou-se um acidente com uma vítima mortal, um jovem da nossa comunidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Face ao exposto e em nome da segurança dos nossos Municípes, o Grupo Municipal do CHEGA apresenta as seguintes perguntas diretas ao Executivo. Está prevista alguma intervenção urgente na Nacional 1 para a desobstrução e a reabertura total da faixa interdita, zona do radar? E para mitigar os constrangimentos na zona sul, Variante alternativa, qual é o calendário de execução? Contempla este Município ou está a articular com as entidades competentes a instalação de rails de proteção ou barreiras adequadas e o reforço de iluminação pública nos pontos negros da sinistralidade?-----

-----Por fim, não podemos deixar de alertar para o estado geral de degradação que afeta várias populações do nosso Concelho, visível no piso danificado, da proliferação de buracos, na escassez, sinalização e um défice da iluminação pública. Agradecemos que a segurança rodoviária seja tratada como uma prioridade absoluta, não como um problema secundário. Ficamos a aguardar as devidas respostas e esclarecimentos por parte do Executivo. Muito obrigado. Peço desculpa pela rouquidão, mas trabalho no mar e estou um bocadinho rouco.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, foi perfeitamente perçetível. Muito obrigado. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor. -----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Membros do Executivo, caros aguedenses. Acabou por já ser abordado que se aproximam as festividades e aproxima-se também este período árduo, difícil e exigente e imprevisível do verão e tal como da última vez fizemos aqui, no fundo, um raciocínio sobre a dicotomia entre a cidade do aparente dinamismo e a cidade da vida real das pessoas e o que mais nos afeta, nós quisemos recuperar e insistir que pudéssemos todos analisar e debater aqui algumas propostas e, antes disso, algumas considerações, porque se há poucas responsabilidades maiores para responsáveis políticos, desde logo para o Município do que aquilo que afeta diretamente a segurança, o bem-estar, a proteção das pessoas e esta é uma matéria, aquelas que vou abordar que, naturalmente de maneiras diferentes, afetam ricos e pobres, afetam as pessoas das zonas mais urbanas, do centro da cidade ou de qualquer aldeia, naturalmente de formas diferentes. Quando falamos de incêndios, de fenómenos extremos, vagas de calor, de criminalidade, falamos do que afeta diretamente a vida das pessoas. Se isto não estiver bem, nada mais poderá estar realmente bem. E, portanto, voltamos a insistir na necessidade de olharmos para estas problemáticas com um sentido de maior ambição e um sentido de maior prevenção, maior antecipação, um sentido mais estratégico. E, portanto, Sr. Presidente Câmara, desde logo o primeiro tema que vimos colocar e faço em jeito de pergunta, mas mais em jeito de pedir as suas considerações, a propósito da segurança estrita, aproveitamos para pedir um ponto de situação sobre o projeto de videovigilância. Já falámos dele várias vezes, já houve alguns



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

desenvolvimentos, mas qual é que é o ponto de situação deste projeto aqui na cidade de Águeda? Por outro lado, se tem dados mais recentes do diálogo que, eventualmente, vai mantendo pelas Forças de Segurança disponíveis relativamente aos dados da segurança no nosso Município? Como é que corre a colaboração com a GNR e restantes entidades desde logo envolvidas no projeto de videovigilância, mas não só, naturalmente e que balanço faz desse projeto, se já existem algumas aprendizagens ou sobre outros motivos recentes ao nível de segurança e que passo é que se imagina ser o passo seguinte? Estas são questões fundamentais, tal como as questões de Proteção Civil, em que nos preocupa muito os resultados concretos. E falando de Proteção Civil mais ao nível, se me permitem, mais clássico, de facto todos soubemos e com satisfação da vinda do Ministro da Administração Interna a Águeda, foi uma evocação de um momento muito triste que nos marca a todos. Tivemos a ocasião, naturalmente, de nos associarmos a esta evocação da tragédia que aconteceu, mas pudemos também ouvir os fatos e elogios que o Sr. Ministro da Administração Interna teceu ao trabalho desenvolvido no Concelho. Quanto a essa parte, naturalmente, cada um fará a sua avaliação dessas palavras, mas pela nossa parte pretendemos observar os factos. Os factos são, desde logo, que continuamos sem um Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil atualizado. Continua na página da Autarquia o do Partido Socialista, tendo em conta que já o mundo mudou várias vezes de sítio e muitas coisas se alteraram e os desafios são outros e, portanto, está com certeza brutalmente desatualizado, com riscos que se multiplicam, que são inesperados e são complexos. E nós continuamos no mesmo ciclo. Aliás, 40 anos depois desta tragédia, duas décadas depois de algumas coisas terem mudado, o Sr. Presidente de Câmara teve responsabilidades a este nível já anteriormente, antes de ser Presidente de Câmara, tem agora já há bastante tempo. Bem sei que não fica contente com as tragédias que se abatem sobre o nosso território, mas mais do que combatê-las, chegaria a hora de termos uma verdadeira estratégia de fundo que atuasse antes da tragédia, antes da emergência. Porque este ciclo repete-se, repete-se com incêndios de enormes dimensões e prejuízos ambientais, económicos para as populações, sofrimentos dos Bombeiros e tantos outros personagens e populares que têm de fazer esforços extraordinários e o Município, reiteramos, é a entidade mais bem colocada para mobilizar esforços, para conhecer o território, para congregar as vontades de privados, para distribuir informação, para conseguir também, no fundo, capitanear projetos. Nós temos falado da urgência de existir uma estrutura, uma agência de gestão de território que possa, desde logo, fazer a gestão de património rural da Autarquia, em que se deveria dar o exemplo e ainda se não deu, com uma outra ordenação e outra tipologia de árvores. E a verdade é que, com essa agência, como já dissemos várias vezes, mediante protocolo, nós poderíamos ter uma valorização do território, podíamos muitas vezes retirar o fardo a certos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

proprietários que, por protocolo, passariam a ter um valor, onde neste momento tem um fardo e termos um território ainda mais valioso. E enfrentar verdadeiramente as causas. E misturo nisto, Sr. Presidente, outro assunto que também abordei na última vez e que é mais premente do que nunca e que também é um pouco novidade para todas as terras, também para a nossa: vagas de calor. Foi anunciado que em breve teremos uma vaga de calor que vai ser a segunda de um mês, vai ser de intensidade mais alta do que a última, vai ser mais prolongada do que a última. Nós sabemos que as nossas populações, por responsáveis e sensíveis que sejam, não cresceram neste tipo de ambiente que agora vai ser cada vez mais agudizado. As pessoas não estão preparadas nos seus hábitos. As nossas casas, em muitos casos, não estão preparadas, bem sabemos, para o frio, mas também não estão para o calor. Muitas pessoas não só não têm o conhecimento, muitas pessoas mais idosas muitas vezes já têm situações de desidratação e associadas a outros problemas, não têm a consciência do desgaste em questão e, portanto, Sr. Presidente, é preciso que isto seja, na medida possível, antecipado. E faço uma pergunta, se a Câmara Municipal está atenta a isto, se a Câmara Municipal tem algum plano de acompanhamento mais próximo de pessoas que estejam em situação de particular fragilidade, desde logo, económica e algum plano de ação, porque há de haver casos... e temos que começar a pensar cada vez mais assim, de pessoas que em casas que não têm condições, muitas vezes com redução de mobilidade, precisavam de pequenos aparelhos que fossem instalados na sua casa para que as pessoas pudessem resistir ao calor. Por outro lado, parece-nos também que é preciso um Plano de Emergência para essas situações de calor extremo. Por exemplo, com o início da sinalização e o refrescamento de locais que possam ser refúgios. Eu lembro-me, de uma forma mais inata, por exemplo, nas nossas Freguesias as igrejas, por exemplo. Determinados locais que têm caves porque, felizmente, muitas das nossas casas têm caves, têm zonas de baixo onde as pessoas mais idosas ou com alguma dificuldade, quando está muito calor, se socorrem. Mas o que nós vamos viver nos próximos anos, eu imagino que nenhum de nós está habituado a viver. E, portanto, isto mata, isto degrada a qualidade de vida das pessoas. Temos uma população cada vez mais envelhecida e, portanto, Sr. Presidente, não só é preciso que o Plano de Emergência e Proteção Civil seja, de facto, atualizado e seja integrado de uma forma muito mais lata no enfrentamento das alterações climáticas e em todo o relançamento do nosso território. Eu digo sempre isto. Ficando na mesma, muito espaço para termos imenso eucalipto e esta problemática das ondas de calor é, de facto, uma problemática a que não estávamos atentos porque não as tínhamos como elas estão a começar a ser, mas é de antecipar que elas vão ser muito mais graves e, portanto, queremos estar à frente nesta resposta. Os desafios são conhecidos, os avisos são conhecidos e sucessivos também.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Resta à vontade política, esperamos que a tenha. Tem aqui a nossa colaboração e o nosso apelo. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Tomaz. Sr. Deputado Pedro Marques, por favor. -----

-----**Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PPD/PSD.MPT;**-----

-----”Muito boa noite a todos. Cumprimento todos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia e do Sr. Presidente da Câmara, considerem-se todos cumprimentados. Hoje venho falar de uma coisa que me traz uma alegria imensa. Começou a ser construído o nosso novo Núcleo Museológico em Macinhata do Vouga. Sr. Presidente, eu sei das dificuldades que teve, das dificuldades que eu tive também enquanto Presidente da Junta de Freguesia e do quanto tivemos que trabalhar juntos para que a obra pudesse finalmente nascer. Não é uma obra qualquer. É a obra de um Núcleo Museológico ou do museu mais visitado do Concelho de Águeda é, seguramente, dos mais visitados do Distrito Aveiro, se não mesmo o mais visitado do Distrito Aveiro, mas seguramente dos mais visitados. Traz-nos a nós, a Águeda, mais de 13.000 visitantes por ano. É muita coisa. Começa também a integrar-se, também já e a ser peça importante no AgitÁgueda. O comboio histórico, o Núcleo Museológico, são também já peças importantes no panorama turístico do Concelho e da região. Costumo dizer, este Núcleo Museológico é uma grande mais-valia, não para Macinhata do Vouga, mas para o Concelho da Águeda. Pergunta que lhe faço, Sr. Presidente e muito diretamente. Vamos ter abertura do Núcleo Museológico ainda este ano? Acredita que sim? Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Marques. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----”Muito obrigado. Cumprimento todos os membros da Assembleia, na figura do Sr. Presidente da Assembleia, todos os membros da Câmara Municipal na figura do Sr. Presidente da Câmara. Agradecer o trabalho dos funcionários que nos ajudam a organizar estas Assembleias e, naturalmente, ao representante do público aqui presente, nele, a todos os aguedenses que seguem esta Assembleia.-----

-----Sr. Presidente, a questão que hesitei em colocar neste período antes da ordem do dia prende-se com a execução do eixo rodoviário Águeda / Aveiro. Bem, sei que temos a seguir uma alteração modificativa para analisar mas, como é evidente, tanto um Orçamento como uma alteração modificativa são documentos gerais e o eixo rodoviário Águeda / Aveiro é uma preocupação muito concreta. E, sem dúvida, há relação entre as duas coisas porque o que nós vemos é que estaria previsto gastar este ano 14,2 milhões de euros na execução da empreitada do eixo rodoviário e essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

verba é reduzida para 2,3 milhões de euros, o que nos diz que pouco ou nada daquilo que estava previsto executar este ano será feito. A nossa preocupação é dar, naturalmente, oportunidade ao Sr. Presidente da Câmara de nos explicar o que é que se está a passar, o que se passou... o que se está a passar e quais são os desenvolvimentos seguintes. Também nos preocupa conseguir perceber se há uma travagem completa disto? Os 2,3 milhões de euros que se mantêm no Orçamento dizem-nos que não, mas gostávamos, então, de saber para que é que vão servir. E, finalmente, notamos que para 2029, certamente por coincidência será ano de eleições, está prevista uma execução de 13,7 milhões de euros na empreitada do eixo rodoviário Águeda / Aveiro. Portanto, a leitura que fazemos é que, e esperemos que não seja verdade, é que vai ficar tudo, o grosso da empreitada, adiado para 2029. Queria saber se é assim ou não e, se não é, gostaria de conseguir compreender como é que, em 2029, se vai financiar esta empreitada. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Miguel Oliveira. Sr. Deputado Gabriel Alexandre, por favor. -----

-----**Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Boa noite a todos. Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Sra. Secretária, o Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caros colegas e todos aqui presentes. Venho aqui como responsável do PSD em Águeda, em que, de facto, partilhamos também esta preocupação. Mas nós tivemos uma ação e continuamos a ter uma ação ativa, que foi procurar reunir com o Executivo, com a Proteção Civil, Freguesias mais vulneráveis por uma questão de prevenção, porque nós estamos para agir em termos de prevenção, porque nós agimos após o acontecimento, mas neste caso aqui temos a consciência que é a necessidade também de agir com a prevenção. E os dados que nós recolhemos foram, de facto, extraordinários, porque nestes últimos 40 anos houve uma evolução catastrófica relativamente à questão de equipamentos, relativamente à questão das estruturas locais, daquilo que diz respeito às que estão localizadas em várias Freguesias e aquilo que eu pretendo aqui anunciar, de facto, a nossa preocupação é estar presentes na prevenção. E aquilo que nós dissemos e dispusemos sempre, foi que estamos dispostos a apoiar em tudo o que for necessário. E daqui quero mostrar o nosso apoio relativamente à questão da prevenção, para que sejam minimizados alguns flagelos. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Deputado Gabriel Almeida. Mais alguma intervenção no período antes da ordem do dia? Srs. Deputados, para já não. Sr. Presidente, tem a palavra, por favor. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Muito boa noite a todas e a todos. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Srs. Vereadores, Srs. Membros desta Assembleia, público presente na sala e, naturalmente, todos os que nos seguem através da ÁguedaTV. Muito obrigado por esta oportunidade. E queria começar, exatamente, a dar o mais rapidamente que puder as respostas às questões que foram aqui formuladas. E queria dizer à Ana Paula Silva que é uma preocupação enorme que nós temos. E quero-lhe dizer que eu próprio já tive uma reunião com a Secretaria de Estado da Justiça responsável pela área das Conservatórias, porque, efetivamente, é dramático o que está a acontecer em Águeda. As pessoas que estão e que lidam todos os dias com as Conservatórias já resolveram que não é em Águeda que resolvem o assunto. Fui informado na altura que a Conservatória, por exemplo, do Registo Predial, teria qualquer coisa como 179 dias de atraso relativamente àquilo que são as marcações que aceitam. Mas, todos percebemos que seriam milhares de dias se as pessoas não tivessem outros caminhos e não fossem a outros Concelhos onde encontram este trabalho. Esta reunião aconteceu no mês passado. Fiquei a perceber que, do ponto de vista do Governo e das entidades que tutelam esta matéria, que estão bastante sensíveis para este assunto e que já eram conhecedores do assunto e, portanto, a nota que lá deixei e a promessa que trouxe é que era urgente que fossem tomadas medidas. Naturalmente que a Câmara Municipal estará sempre disponível para fazer o que puder neste contexto mas, como todos entendem, não passa pela Câmara Municipal a solução, porque não pode. Efetivamente, numa terra com o dinamismo que nós temos, termos uma malapata destas... e são várias, como disse, naturalmente faz-nos estar seriamente preocupados. Porque é uma entropia, numa terra, volto a dizer, com dinamismo incrível, termos esta entropia nestas coisas que são absolutamente essenciais para a nossa economia. O Governo estava ciente disto, ficaram de dar uma resposta rápida, estamos a aguardar, vamos nos manter atentos e, já agora, com o pé no acelerador, porque não há outra forma de podermos estar. São, efetivamente, problemas tudo aquilo que falou. Queríamos dizer que as Finanças de Águeda está confirmado que vão para o piso 1 do Mercado Municipal, têm lá umas instalações modulares que estão a ser já equipadas e, esperamos também depois, num outro contexto, que possa vir também uma dotação pessoal melhor e, naturalmente, com uma qualidade de serviço melhorada. Relativamente a esta matéria, é o que tinha a dizer.-----

-----A Catarina Nogueira, agradeço-lhe muito as palavras de elogio que teve para esta nossa preocupação verde e sustentável, para a forma como nós, efetivamente, fizemos a invocação dos Bombeiros e civis que faleceram há 40 anos e dizer-lhe que, naturalmente, nós trazemos, inclusive, aqui um conjunto de incentivos para os Bombeiros, mas também aprovámos muito recentemente mais uma leva de apoios financeiros e temos sido modelares. E somos modelares e o Sr. Ministro da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Administração Interna realmente traduziu naquela expressão, porque, efetivamente, nós temos, tanto em quantidade, como em qualidade, qualidade de organização e, sobretudo, a capacidade que temos de complementar meios e, inclusivamente, de interação entre as diversas forças e meios que temos disponíveis e que são muitos no nosso Concelho somos, indiscutivelmente, um modelo. Um modelo que diz ele, e bem, está encontrado, é este que deveria ser exportado para o resto do país, o que nos deixa muito orgulhosos. Mas, atenção, preocupados. Até porque, Paulo Tomaz, vamos falar desta matéria, que nos preocupa muito, a todos. Eu diria que não é honesto nós dizermos que estamos completamente preparados e que não nos irá acontecer nada. Mas queria dizer que estamos o melhor preparados que nos é possível, mas sempre preocupados com todo o conjunto de dinâmicas que acontecem à nossa volta e que com o calor, com o inverno que todos nós tivemos altíssimamente húmido, nós temos cargas combustíveis por essa floresta fora que nos fazem temer que hajam incêndios. Por exemplo, os incêndios com algumas condições dramáticas estamos melhor preparados, estamos numa vigilância perfeita, estamos a fazer, em termos de prevenção, tudo aquilo que nos é possível fazer, estamos a investir em mais meios de prevenção e meios de ordenamento. Volto aqui a dizer que nós temos aqui alguns exemplos no nosso Concelho e queria voltar a falar de uma estratégia que estamos a fazer para a nossa região e que estamos também aqui a dar uma boa nota e a ser um bom modelo para o país, que é termos, indiscutivelmente, uma estratégia de abordagem a estas questões, sobretudo da floresta e, neste caso concreto, nós, afinal de contas, tínhamos que dar estes primeiros passos e coube-nos a nós Águeda e muito bem, porque no Distrito de Aveiro somos o maior Concelho, mas somos também, simultaneamente, o Concelho que tem a maior área de floresta de todo o Distrito. Não podemos estar à espera de que sejam outros a dar o exemplo e nós demos o exemplo e de que maneira. Mas continuamos com um conjunto de constrangimentos e temos vindo... e de uma forma como nunca, a dar um conjunto de indicações, nomeadamente aos governos, para que nos resolvam determinadas questões que nos aparecem muitas vezes como intransponíveis e que tem que ser a lei a ajudar-nos a ultrapassar. Eu digo e continuo a dizer, é uma convicção que tenho, de todas as pessoas que conhecem profundamente o fenómeno do ordenamento da floresta e do combate aos incêndios, curiosamente todas têm a mesma opinião, que qualquer intervenção - e nós entendemos que já começámos a fazer esse ordenamento - que se vá fazendo, vai demorar décadas a termos, efetivamente, resultados, eu diria que mais seguros, mais visíveis. Porque, efetivamente, a nossa floresta, e sobretudo que vivemos aqui numa zona de minifúndio, a nossa região, a floresta é profundamente desordenada e descuidada. Esta é a realidade que temos, que não vai desaparecer, nem haverá força humana para resolver isto em um ano ou dois. Todos temos que perceber que temos que ser consequentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

perseverantes nestas ações, seguirmos uma estratégia que não tenha a ver com ciclos políticos, que esteja definida, que esteja tecnicamente correta e que seja validada por todos e que sirva para todos e, sobretudo, que lhe seja dada essa continuidade, para que um dia, daqui por alguns anos nós possamos, efetivamente, dizer que no nosso país temos uma floresta minimamente ordenada. A questão da propriedade é determinante. Nós temos pelo menos três projetos e três pilotos, três pilotos já com alguma dimensão na área do nosso Concelho de gestão integrada de propriedades. Eu diria agrupamento de propriedades. Este é, indiscutivelmente, um caminho. Se nós tivermos a noção clara de que temos uma área média da propriedade rústica no nosso Concelho, de 3.000 e qualquer coisa metros, posso dizer que temos propriedades, na mão de alguns proprietários, que têm mais de um milhão. Façam a média e imaginemos que algumas têm, eu não vou exagerar, centenas de metros. Todas estas parcelas têm que ser geridas de uma forma integrada e, sobretudo, bem geridas. E geridas ao olharmos para a floresta e não para o quadradinho que cada um de nós tem. Eu diria que, inclusivamente, se nós o fizermos, estou absolutamente convencido e todos os indicadores nos dizem, que a riqueza produzida vai ser muito maior e, portanto, aquilo que há a distribuir por cada um na exata medida do que cada um possui será, no final, maior. Este é o caminho que nós temos que fazer. E aqui esta questão é determinante. De resto, nós precisamos de defender as nossas aldeias e andamos a fazê-lo e temos que contar com a colaboração dos proprietários. E ainda há uns dias disse e volto a dizer, parece que alguns proprietários esqueceram de uma coisa e, sobretudo, têm algumas áreas que foram fortemente fustigadas há tão pouco tempo e há já, neste momento, pessoas que estão preocupadas em manter o eucalipto, porque na maior parte dos casos é do eucalipto que estamos a falar, ali bem perto da casa do seu semelhante. E nós não temos instrumentos tão válidos quanto isso para podermos impedir que isto aconteça. E mais, a Câmara Municipal tornou público e é público e toda a gente sabe que estamos completamente disponíveis e determinados em fazê-lo, nós só precisamos da autorização dos proprietários. Quero-lhe dizer que fui chamado ao Tribunal porque uma senhora que não reside no Concelho, mas que tem uma pequeníssima parcela na zona de Valongo, chegou lá e tínhamos arrancado alguns cepos. Eu não sabia, porque não me deram conhecimento, mas é uma situação que temos a correr. Porque a senhora, no sítio onde vive, veio visitar a propriedade e viu que alguém lhe tinha tirado dois ou três cepos para proteger o aglomerado populacional, mais propriamente na zona do Moitedo. É isto que nós estamos a ver. E, reparem, nós com esta determinação de fazermos bem, não podemos estar sujeitos a este tipo de coisa. Porque chamaram lá o Presidente da Câmara, o Presidente da Câmara não arrancou cepo nenhum, mas foi alguém em nome da Câmara que o fez. Tenho inclusivamente a garantia de que tinham comunicação da autorização do proprietário. Não tiveram o necessário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

cuidado de verificar como deve ser. O que é certo é que estamos perante isto. À luz da Justiça, provavelmente a senhora tem razão. É muito fácil virmos para aqui todos e dizer que temos que fazer, que temos que fazer, mas depois não temos instrumentos para fazer. Eu defendo uma coisa muito simples, e desculpem-me estar-me a alongar, mas acho que nós podemos todos partilhar estas coisas. Eu acho que exatamente como fizemos uma Declaração de Utilidade Pública relativamente às propriedades e às parcelas das propriedades que temos para o eixo rodoviário Águeda / Aveiro, deveríamos fazer também para este tipo de projetos que temos para a floresta. Porque nós não queremos a propriedade, nós queremos ordenar e juntar aquela propriedade a outra. Afinal de contas, a nossa Constituição e parece-me que é um direito constitucional, diz que aquele bocadinho é daquele proprietário e esse direito é inalienável. E é com isto que nós temos que viver, porque depois é muito fácil chamarmos nomes aos políticos que estão no terreno a querer resolver. Isto, indiscutivelmente, é um problema legislativo. Alguém tem que legislar. Não é o Presidente da Câmara, não consegue, não chega lá. Agora o Presidente da Câmara, quando quer fazer, bate nisto. Eu estou tranquilo porque ninguém me vai prender, de certeza absoluta, a motivação era a melhor, mesmo dos funcionários ou da empresa que estava a fazer o serviço neste caso. Mas não podemos estar, literalmente, nas mãos de alguém que não está cá, que tem aí uma propriedade abandonada, porque até era o caso e que não quer saber qual é o prejuízo. E, sobretudo, o perigo que causa ao semelhante, que deveria ser entendido como semelhante, que está ali e que vive ali. E atenção, isto é uma coisa que nos deve fazer pensar a todos e perceber que às vezes as coisas são assim. Relativamente às vagas de calor, naturalmente que nós seguimos com preocupação, mas bem ciente dos nossos papéis. Temos uma coordenação muito grande com os Serviços de Saúde. E já agora, porque falámos em modelos, queria-lhes dizer também de situações que eu, às vezes, nas reuniões que tenho e, nomeadamente, com os responsáveis dos Serviços de Saúde, eu acredito naqueles elogios que são feitos quando estamos todos juntos. Porque se dizem que eu sou o melhor à frente dos outros colegas, se calhar pensam mesmo isso. E estão a dizer aos outros: "Façam como este." É isso que tem acontecido relativamente a Águeda. Nós, efetivamente, temos um acompanhamento de toda a área da saúde e acompanhamos, inclusivamente, a descentralização, que é uma descentralização de tarefas, como vocês sabem, de uma forma, eu diria que única e muito cuidadosa. E muito presente. E, portanto, também aqui, num dia qualquer que venha aí a Sra. Ministra, estou convencido que ela vai dizer, quando perceber o que nós fazemos, vai-nos dizer exatamente o mesmo. Até porque nesta área da saúde, até as instalações que nós temos no nosso Concelho... reparem, nós já nem aproveitámos nada do PRR, porquê? Porque nos antecipámos e fizemos antes. E fizemos antes porque entendíamos que era correto, que era necessário. As instalações na área da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

saúde, de uma maneira muito geral, no nosso Concelho, são ótimas. Mas ainda temos algumas para melhorar. Estamos a construir, como bem sabem, a Unidade de Saúde de Barrô. E estamos a tratar do projeto e das especialidades. A transferência da Unidade de Saúde da Mourisca para o edifício da Creche, a complexidade e as exigências que os tempos correntes deram, vai-nos obrigar a fazer uma empreitada e uma empreitada com alguns valores, não tão grandes como uma coisa completamente nova, mas a adaptação leva-nos para valores e neste momento já temos o projeto de arquitetura pronto e estão, neste momento, a ser feitos os projetos de especialidades para a Mourisca também. E aí, diria que ficamos a 100% com unidades de muito grande qualidade, além de que Valongo do Vouga também precisa de uma ampliação e estamos a começar a tratar disso também. -----

-----Relativamente ao apoio aos Bombeiros, somos uma das Câmaras que se preocupa muito com os Bombeiros, que acompanha muito os Bombeiros e que financia muito bem os Bombeiros e os seus equipamentos e as pessoas que lá trabalham. E nas equipas de intervenção permanente há uma coisa que os diversos Governos têm vindo a fazer e ainda não foi mudada e isso parece-me profundamente injusto. Eu não sei se sabe, mas um Município, por exemplo, que tenha uma corporação de Bombeiros com 5 ou 6.000 habitantes, tem tantas equipas de intervenção permanente como Águeda, que tem uma corporação de Bombeiros e uma secção destacada, mas é a mesma corporação e serve 50.000 pessoas. Isto não faz sentido. E tem tantas equipas de intervenção permanente, uma corporação de um Concelho que tenha 7 ou 8 quilómetros quadrados e há Concelhos com essa dimensão, como o nosso que tem muito perto de 350 quilómetros quadrados. Isto não faz sentido. Dei conta disso exatamente ao Sr. Ministro da Administração Interna, que me disse: “Tem razão, vamos tratar de resolver.” Portanto, estou absolutamente ciente que sendo consequentes, na próxima leva da atribuição de equipas de intervenção permanente, se calhar virá mais alguma para Águeda, sendo certo que o Município continua a fazer este esforço de financiar as equipas de intervenção permanente e a atividade dos Bombeiros de uma forma muito significativa. --

-----Relativamente às estradas, Sr. Vítor Milheiro, há para aqui uma confusão. A Nacional 1, é da competência da Infraestruturas de Portugal, que está a elaborar o projeto, com toda a certeza. Tenho falado com o IP, com técnicos e com decisores do IP e, estão a fazer todo o processo para intervirem ali. Há uma coisa que eu tive de perceber, há situações bem mais críticas por esse país fora e nós em Águeda temos uma situação mais crítica, uma! Que é o Pontão da Aguieira. O Pontão da Aguieira é a situação mais crítica que nós temos relativamente a isso. E quero-lhe dizer que as obras começaram no início do mês, há um desvio que se tornou mais complicado do que nós pensávamos, de uma infraestrutura que lá está porque no Pontão passa energia elétrica de média tensão, passa uma conduta bem significativa de gás e passa também água e esgoto. A questão mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

complexa que nós temos é exatamente com a média tensão, porque o desvio que foi aprovado, que estava tudo pronto para que se começasse, verificou-se que não podia ser assim, porque o empreiteiro que vai para lá vai ter que ter máquinas giratórias com lanças grandes para poder fazer todo o trabalho e aplicar o equipamento que ali está. É uma questão técnica, mas que obrigou a alterar o projeto da E-Redes para a substituição disso. A informação que tenho é que no início desta semana a linha vai ser inativa e, vai-nos permitir, no máximo a partir de terça-feira, que o empreiteiro comece. Tive a oportunidade de assistir que a BoxCover, que é uma estrutura pré-fabricada, feita por uma empresa, está pronta, assisti a uma chamada que o empreiteiro recebeu a dizer-lhe que tinha tanta pressa em andar com isto, e eu tenho aqui a BoxCover e preciso de espaço e isto tem que sair daqui, até porque é de dimensões bastante consideráveis. -----

-----Relativamente à rede de estradas, nós vamos ter sempre aqui ou ali algum buraco, mas queria-lhe dizer que, genericamente, a rede de estradas do Concelho de Águeda é muito boa. Genericamente nós temos uma rede de estradas boa. Pontualmente temos um problema ou outro. Estou-lhe a dizer que estamos para começar mais um lote significativo de estradas por todas as Freguesias do nosso Concelho e dei hoje, exatamente, indicação para continuarmos já com outro lote e que entretanto estivémos a avaliar o estado das estradas. A seguir a esse vai seguir-se outro e outro e outro. Se andar por aí e sei que o senhor anda, tem que conhecer é bem os limites do Concelho, porque às vezes sai fora do Concelho e diz que as estradas estão mal e já não é em Águeda e eu aí já não posso fazer grandes coisas.-----

-----Paulo Tomaz, voltando à questão da videovigilância da GNR, nós estamos a ultimar a questão de avançarmos com as câmaras para dentro da cidade. Há um processo demasiado burocrático que é a autorização, nomeadamente, por parte dos serviços centrais da GNR, para que se possam instalar as câmaras. Penso que está praticamente desbloqueada essa situação e, portanto, estando dessa parte, nós avançaremos e teremos essas câmaras. As câmaras de vigilância de incêndios que nós temos e é um projeto da CIRA e que temos já algumas instaladas no nosso Concelho, queria-lhe dizer que ainda nestas últimas semanas estão a ser construídas na floresta mais sapatas para criarmos mais torres e com essas torres aumentarmos esse nível de vigilância. Já agora uma dessas torres, pelo menos, também vai ficar no edifício que estamos a construir no Parque Empresarial do Casarão. Naturalmente que relativamente a esta questão do que aconteceu há 40 anos, eu acho que nós todos aprendemos. Aprenderam-se muitas coisas, houve muita coisa que aconteceu em Águeda e que nós vamos tentar melhorar tudo de uma forma sistemática e, eu acho que nós temos que ser honestos do ponto de vista mental, claro e naturalmente que dizemos que estamos preparados para tudo e nós estamos o melhor preparados que podemos estar preparados e temos que estar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

preparados para o que vier, mas não sabemos o que é que vem, o que é que pode acontecer. Eu lembro-me que em 2024 aquele incêndio que apareceu lá do lado de Albergaria foi qualquer coisa, mesmo com a minha experiência eu nunca tinha visto. Há estes fenómenos extremos. Acho que há uma preocupação enorme de toda a comunidade e de todas as entidades se prepararem o melhor possível e é isso que nós temos que continuar a fazer.-----

-----O Pedro Marques falou do Museu Ferroviário e naturalmente que eu estimo que a obra termine rente ao fim do ano. A abertura da nova parte e toda a reorganização do Museu este ano, não. Definitivamente, não é possível. Aliás acho que sabe, e sabe tão bem como eu, a obra já se começa a ver e de que maneira, já se vê bem alta e, portanto, é uma obra que está em bom andamento também.-----

-----Relativamente ao eixo rodoviário Águeda / Aveiro, nós daqui a um bocadinho vamos fazer uma alteração modificativa orçamental. Uma das componentes das modificações tem que ver com o Águeda / Aveiro e estamos, finalmente, a partir desta alteração orçamental prontos para podermos lançar o concurso e é uma questão de fazermos contas e não se trata aqui nem de 2029, nem de 2030, é uma questão de fazermos. Do ponto de vista do caderno de encargos que foi fechado por estes dias numa última reunião que aconteceu aqui em Águeda, aponta-se para 950 dias de execução da obra, em termos de caderno de encargos, em termos de planeamento físico da obra, 950 dias. Tem, pelo menos, duas grandíssimas obras de arte como vocês sabem, esta estrada. A partir desta alteração passamos a estar dotados de instrumentos para podermos lançar o concurso. Toda a gente sabe, é um compromisso público do Primeiro-Ministro, do Ministro das Infraestruturas, do Ministro da Coesão, de todos de que vai ser emitida uma Resolução de Conselho de Ministros com este financiamento, mas já extrapolado para os três anos em que vai decorrer a obra e... imaginem que no próximo mês estamos a lançar o procedimento. Já agora posso dizer que estão previstos 60 dias para a apresentação de propostas, diz-nos a experiência que vão aparecer erros e omissões que nos vão obrigar a dilatar esse prazo, e no mínimo iremos para os três meses, portanto, 60 dias passarão facilmente para os 90 dias ou mais, depende da complexidade das perguntas que possam fazer, do tempo e da capacidade de resposta do projetista, destas coisas todas, mas é absolutamente previsível se abrimos com 60, eu diria que é confortável dizermos que 90 dias serão para a apresentação das propostas. Há toda a avaliação das propostas por parte do júri que precisa ser feita e depois temos o Tribunal de Contas. Não me parece verosímil que tenhamos obra em 2026, mas é perfeitamente verosímil que a obra inicie no primeiro trimestre de 2027. Parece-me! A fazer contas desta maneira, é para aqui que estamos a apontar, é para aqui que estamos a trabalhar e, começando com os 950 dias, vamos ter a discussão financeira da obra em 2027, 28 e 29. Não há aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

nenhuma engenharia eleitoral, é apenas e só o que o calendário dá. Depois, o Gabriel Alexandre, muito obrigado pelas palavras. E é só. Muito obrigado.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----"Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia. Sr. Presidente da Câmara, a sua resposta deixa-me um pouco perplexo porque no documento que vamos discutir a seguir havia o seguinte enquadramento financeiro: em 2026, 14 milhões e 300.000 euros. Isto em traços largos, para o projeto de execução da empreitada, para a empreitada em si, para a obra a fazer. V. Exa. está-me a dizer que é pouco provável que ela comece antes de 2027 e tendo em conta o calendário que acabou de me descrever, eu percebo. Eu só não consigo compreender é porque é que faz uma diminuição de 14 milhões e 300.000 para 2 milhões e 300.000 e perguntei e gostava que me explicasse, em que é que se vão gastar os 2 milhões e 300.000 que permanecem. Curiosamente, para 2027 estava previsto cerca de 2 milhões de euros que são eliminados por esta alteração. O que teria lógica era que o valor destinado este ano, uma vez que a obra vai transitar para o próximo ano, passasse para o próximo ano, mas não é assim! Ocorre que esse valor não transita para 2027, antes pelo contrário, há uma redução de quase 2 milhões de euros em 2027, não aparece em 2028 e aparece, novamente, apenas em 2029. Ora, tomando a sua explicação dá-me ideia que pode ter havido aqui um lapso na elaboração desta alteração modificativa porque eu tomo como boa a explicação que o Sr. Presidente deu. Outra questão que não foi respondida e que foi feita é como é que vai ser financiado o valor dos 14 milhões, salvo erro e 600.000 em 2029? Se é o PRR que vai financiar, se há fundos europeus a financiar, quem é que vai financiar? Eu penso que agora enquadrei melhor as minhas dúvidas e aguardo a resposta do Sr. Presidente. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Miguel Oliveira. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----"Sr. Presidente, eu teria muitos comentários a desenvolver mas vou aguardar para outro momento porque eu sei que não é, com certeza, vontade que as coisas corram mal mas quando falamos de forma dispersa sobre os proprietários e atribuímos a responsabilidade a toda a gente, a responsabilidade fica em ninguém e nós estamos para avaliar e promover políticas públicas e, portanto, eu não vou conseguir convencer todos os cidadãos do mundo a agirem de acordo com aquilo que eu acho que é a melhor moral. O que eu posso influenciar é aquelas que são as políticas públicas de uma Autarquia que, como o Sr. Presidente reconheceu, é a entidade mais bem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

posicionada em fazer a transformação deste território. E 40 anos depois ou anos depois do último incêndio ou ainda cerca de 8, 9 anos depois do incêndio que eu mesmo também andei aqui, da maneira que pude, a ajudar a combater e o Sr. Presidente na altura era vice-Presidente, uma coisa o povo sabe, porque o povo tem olhos, o povo conhece a floresta, o povo anda por este Município. Quando arder outra vez os Bombeiros vão fazer esforços heroicos e vai arder tanto quanto Deus quiser. É essa a preparação que nós temos neste momento! E todos sabemos – todos sabemos! - que a floresta, neste momento, não está preparada, nem está a caminho de estar preparada nem depois de tudo quanto disse não traçou nenhum desígnio, não traçou nenhum programa objetivo, não traça métricas, não traça objetivos de faixas de contenção, de percentagem de floresta que seja convertida em floresta autóctone, de diversificação de atividades, de pastorícia, de madeiras nobres, nada! Traça-nos uma quantidade de dificuldades que eu sei que existem mas eu, para não estar com mais comentários, iria só lembrar-lhe desta parte que é: porque é que não temos um Plano de Emergência e Proteção Civil atualizado? Quando é que vamos ter e se vai ou não no âmbito das ondas de calor haver alguma campanha de sensibilização específica da Câmara Municipal e algum tipo de tentativa de acompanhamento específico desta problemática e de ajuda específica a pessoas que, em suas casas, não tenham condições de fazer face às vagas de calor. Muito obrigado. Portanto, Plano de Emergência e Proteção Civil, campanha específica sobre as vagas de calor. São as duas perguntas objetivas. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Paulo Tomaz. Mais nenhuma intervenção? Sr. Presidente, por favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Bom, primeiro para esclarecer o Deputado Miguel Oliveira da questão. O que se fez nesta alteração foi passar o que tínhamos em 26 para 29, porque antes, aquilo que tínhamos pensado era 27 e 28 e, portanto, em 26 nós não vamos ter execução física da obra de construção civil. O valor remanescente e o que temos aqui que se mantém neste ano é o valor das nossas expropriações, que estamos a desenvolver. Portanto o valor de todas as expropriações são alocadas já, naturalmente, a isto e estes 2 milhões e tal será o valor das expropriações que estão em curso e que estamos em bom ritmo. É esse o valor. Penso que já expliquei, o 26 passou para 29, porque aquele cenário mais otimista que nós traçamos aqui há uns meses era que em 29 não teríamos já a obra porque estaria pronta até o final de 28. Isso não vai acontecer e, portanto, aquilo que estamos a passar é a verba de construção civil que neste momento, muito sinceramente, só temos que extrapolar e calcular porque só depois de termos as propostas finais. Vão-nos servir para abrir procedimento mas depois de termos um cronograma físico de trabalhos e um cronograma de execução financeira é que, nesses Orçamentos a seguir, aparecem as coisas de uma forma mais mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

correta e mais consonante com o andamento da obra. A experiência que eu tenho de uma empreitada, a execução financeira, como hei de dizer? Não é completamente linear ao longo da obra há determinados momentos em que pagamos mais do que noutros, mas isso é normal que seja assim. -----

-----Relativamente à questão do nosso Plano Municipal de Emergência queria dizer que estamos a iniciar o processo de revisão e temos um cuidado muito simples - gostamos de fazer uma adaptação perfeita. O Plano de Emergência que nós tínhamos, ele tem uma série de lacunas que não queríamos ver repetidas neste, ou seja, é um plano, serviu-nos para dizermos que tínhamos um plano mas, indiscutivelmente, a questão operacional e aquilo que temos definido em termos de operacionalidade essa sim é que é marcante, aconselho a leitura atenta e perceber que há um conjunto de matérias em que fizemos naquela altura e sabe bem quando foi, porque tinha que ser mesmo assim, tivemos que fazer um plano a correr, com uma empresa contratada e às vezes não é bem isso que pretendemos. Temos que ter ideias muito firmes relativamente àquilo que queremos. Não, é que os planos sejam demasiadas vezes assim! Pois são! Eu sou muito mais operacional e a planificação que nós temos que fazer é todos os anos e é aí que nós entramos sempre. Eu não sei se as pessoas sabem mas, por exemplo, do ponto de vista operacional relativamente à questão da emergência e à emergência dos fogos florestais e tudo o mais, nós temos um Plano Operacional Municipal que está aprovado. Para este ano! Completamente adequado à nossa realidade de hoje e é isto que nos importa porque aqui é que nós vamos buscar a operacionalidade. Aqui é que percebemos e nisso somos bastante preocupados em termos algo que represente um plano que funciona objetivamente, que nos diga exatamente o que é que podemos fazer em cada uma destas circunstâncias. Isso sim! Quais são os recursos que temos, a forma como nos podemos agilizar, qual é a interação que temos com eles e tudo muito bem. A questão dos planos, exatamente, das vagas de calor, estamos exatamente num país e num Concelho em que temos pessoas mais suscetíveis ou menos suscetíveis. Para quem é da área da saúde sabe perfeitamente que esta questão do calor é uma coisa crítica. Eu queria-lhe dizer, por exemplo, uma coisa, essa sim, que me assusta. Sabe que na maior parte dos hospitais públicos portugueses, as áreas de internamento, quais são as áreas climatizadas e preparadas nesses hospitais e estou a falar para si por uma razão muito simples, neste momento é o Governo PSD que está em gestão, mas o PS tem quê? Dois anos em que lá não está e, portanto, só para lhe dizer que isto não é uma questão política, é uma questão de falha! Falha de quem? Da atenção que os Governos, porque é competência deles, devem ter com os serviços públicos de saúde. Faz-me uma confusão tremenda isso. Ando a lutar para esse moicano para ver se conseguimos recuperar um conjunto de serviços de internamento com doentes extraordinariamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

debilitados nesses dias de vagas de calor. Às vezes parece-me que o sítio onde eles estão menos bem e menos protegidos é exatamente onde deviam estar mais. Vamos ver se conseguimos, não para este ano, com toda a certeza, mas rapidamente, criarmos condições, e não estou a falar apenas do Hospital de Águeda. Estou a falar de muitos e muitos hospitais neste país em que parece que um serviço público de saúde, para todos os Governos parece, sinceramente, que temos de ter uma oferta miserável em termos de condições. Vamos lá ver se conseguimos mudar esta mentalidade porque é uma mentalidade que grassa de um lado ao outro. Isto devia-nos fazer, efetivamente, pensar. Às vezes nestes sítios, não importa nada discutirmos os problemas tal e qual como eles são e, como percebe, estou completamente à vontade para lutar por aquilo que são as minhas convicções e há convicções que não me importa nada de partilhar os fundamentos delas. Depois de nos ouvirmos e de percebermos o que se passa, há uma ideia que é fácil nós percebermos quais são os caminhos que temos de seguir e temos de recomendar, onde quer que estejamos! E, sobretudo, aqueles que têm responsabilidades no seio das forças partidárias, nos sítios de decisão, porque há tanto a fazer em áreas tão elementares! Mas tão elementares! E estamos agora nós aqui preparados e preocupados se a Câmara vai fazer alguma ação? Claro que vamos estar preparados e com toda a vontade de irmos até ao limite dos nossos recursos para atendermos as pessoas quando elas precisam. Nunca será e posso-lhe dizer que não é questão de falta financeira que nos vai impedir de apoiar alguém da nossa população que não tenha condição para isso, vamos estar atentos. Vai haver calor para a semana e qualquer coisa que nós tenhamos que ter, tem que ser uma coisa mais estrutural e que tem que se perdurar no tempo e que tem que ser mais consonante. Eu estou preocupado, como lhe digo nos sítios onde não devíamos ter preocupação e onde devíamos ter, por garantido, as ótimas condições para nós, num momento qualquer que estejamos um bocado mais debilitados e mais vulneráveis. Sr. Presidente, muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Deputado Miguel Oliveira, novamente, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----”Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia, pela sua atenção. Sr. Presidente da Câmara, eu peço-lhe ajuda para conseguir compreender isto, porque tanto quanto me lembro, quando acabámos 2025 e estávamos a aprovar o Orçamento para este ano, naturalmente, há sempre aqui uma margem de erro mas contava-se que a empreitada do eixo rodoviário Águeda / Aveiro começasse em 2026 e por essa razão a Câmara Municipal e depois aprovada pela Assembleia, ficaram previstos 14 milhões e 300.000 euros, números redondos, para este projeto, sendo que no ano subsequente estariam previstos cerca de 2 milhões de euros ainda nesta rubrica. Agora o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

está a acontecer é que V. Exa. diz que a empreitada demora à volta de 3 anos a ficar concluída. Os 900 e tal dias que diz é pouco menos de 3 anos, com atrasos e etc., à volta de 3 anos. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** 2 anos e meio. -----

-----**Deputado Miguel Oliveira:** Muito obrigado Sr. Presidente, muito obrigado. Depois os 2 anos e meio nunca acontece, é à volta de 3 anos. 3 anos, se tivermos sorte. O que me está a dizer é que a obra só é paga no fim. Se a obra vai ser iniciada em 2027 e se só paga em 2029, só é paga no fim?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Não. -----

-----**Deputado Miguel Oliveira:** Então, não como? O montante de verbas alocadas a esta empreitada para 2027 desaparece, passa a zero! Passa a zero, Sr. Presidente. A não ser que haja um erro no documento e é isso que me preocupa. São retirados quase 2 milhões de euros que estavam em 2027.

A segunda questão, Sr. Presidente, eu espero que fundos europeus e o Estado paguem a maior parte da obra, porque nós não temos capacidade financeira para pagar a obra. O Município não tem! Nem 50, nem 25, quanto mais! Acho eu! A não ser que tenham outros dados. A questão que eu ponho é se não é assim... eu não compreendo o desaparecimento dessa verba, mas se não é assim, se não se paga no fim, então como é que se vai financiar isto tudo? Isso também é outra questão! Nós estávamos à espera que fossem fundos comunitários. São fundos comunitários? Quais fundos? Muito obrigado.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Oliveira. Sr. Presidente, faça o favor... eu julgo que ficou perceptível a pergunta. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas nenhuma. A obra vai ser lançada este ano, vai ter uma execução física e financeira durante o ano de 2027, 28 e 29. Vai ter, de acordo com o caderno de encargos - e não se aceitam propostas variantes, já agora fica a saber, porque é para cumprir o projeto! - um prazo de execução de 950 dias que são 2,6 anos, 2,6 não é 2 anos e meio. Nas minhas contas, 2 anos e meio seria 2,5 e aquilo que estava previsto para nós é que prevíamos ter condição para podermos ter lançado. Quando estávamos a formular o Orçamento para este ano, estávamos em plena altura em que aguardávamos a emissão da declaração da DIA, a declaração de impacto ambiental e ela chegou no dia 30 de outubro. No dia 30 de outubro, lembramo-nos perfeitamente quando é que foram as eleições, e agora aqui terei que dizer porque na Câmara de Aveiro não continuou o mesmo Presidente e a lei aqui é clara, portanto, não havia condição para começar de imediato. Depois, a partir daí, houve um novo Orçamento da Câmara de Aveiro, destas questões todas e nós não tivemos, durante estes meses, condição para. A Câmara de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Águeda, neste momento, está a alterar a sua perspetiva orçamental retirando este dinheiro de 2026 que não tem e mantendo o resto. E mantendo o quê? Temos que ter um conjunto de rubricas, que nos permitam abrir o procedimento A partir do momento em que tenhamos o contrato, ou melhor, para celebrar o contrato e a partir do momento em que tenhamos uma proposta válida e um contrato assinado, então, a partir daí é que vamos fazer um cronograma financeiro adaptado à realidade concreta da obra e daquilo que vem do concurso. É assim com todas as obras! Já agora uma outra coisa, o financiamento da resolução do Conselho de Ministros vai garantir através do Orçamento de Estado o financiamento. A fonte de financiamento é o Governo que nos vai indicar. Há uma coisa que eu sei, a obra vai seguir com dois donos da obra, de acordo com o consórcio, que é a Câmara de Águeda e a Câmara de Aveiro, com uma resolução do Conselho de Ministros que nos garante o financiamento. O dinheiro será entregue às Câmaras Municipais que vão pagar, naturalmente, na proporção que lhes é devida e que, para este efeito, ficou definido que seria 50 a 50. 3.809.226.07 em 2027, 25.597.976.07 em 2028 e 13.693.363 em 2029. Como tudo, é o que temos e saiu daqui para efeito da obra física, da obra que tínhamos para 2027 e colocámo-la para 2029, porque não é absolutamente previsível que haja início da obra em 2026. Passamos de 2026 para 2029. Faz favor, tome! Está aqui: 27, 28, 29! -----

-----**Deputado Miguel Oliveira:** Muito obrigado, mas eu depois vou ter que analisar isto. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Valores sem IVA e valores com IVA.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Terminou, Sr. Presidente? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Terminei.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Srs. Deputados, presumo que também tenham terminado as vossas intervenções no período antes da ordem do dia e, desta forma, vamos então avançar os trabalhos desta Assembleia para o período da ordem do dia. A ordem é relativamente extensa e eu começo, então, por apresentar o primeiro ponto.-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----**3.1 Apreciação e votação de Voto de Pesar pelo falecimento de Joaquim de São Bento Clemente Júnior, ex-Autarca de Águeda;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção? Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----"Sr. Presidente, saudando-se naturalmente a iniciativa da Câmara Municipal que nos parece francamente muito bem, parece-nos contudo que tomámos a opção de apresentar um texto, também com a concordância dos demais Grupos Municipais, um pouco mais denso que, com a sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

permissão, passarei a ler. No fundo, uma proposta de voto de pesar, que acompanha aquela que vem feita, mas lhe dá outra densidade.-----

----- VOTO DE PESAR -----

-----«Faleceu, no passado dia 16 de maio de 2026, aos 90 anos de idade, Joaquim de São Bento Clemente Júnior, natural da aldeia de Guístola, da Freguesia de Agadão, cidadão cuja vida ficou profundamente ligada ao serviço à nossa terra e à nossa gente, desde as populações serranas e às do restante Concelho de Águeda.-----

-----Ao longo de várias décadas de intervenção cívica e política, Joaquim de São Bento Clemente Júnior distinguiu-se pela luta pela liberdade, pelo seu empenho na defesa do poder local democrático, pelo seu espírito associativo dedicado e pelo contributo prestado ao desenvolvimento económico e social de Águeda.-----

-----Um homem de convicções firmes e de trato cordial, participou ativamente na construção da democracia local após o 25 de Abril, integrando o grupo de fundadores da secção de Águeda do Partido Socialista, em cuja representação foi candidato à Assembleia de Constituinte e à Assembleia da República, membro da Assembleia Municipal de Águeda, Vereador da Câmara Municipal de Águeda e Presidente da Junta da Freguesia de Agadão. Em todas estas funções pautou a sua atuação por um elevado sentido de responsabilidade, de dedicação e de empatia face aos desafios dos seus concidadãos.-----

-----Foi igualmente uma figura marcante do movimento cooperativo e associativo do nosso Concelho, tendo contribuído para a fundação e a consolidação da Cooperativa Agrícola de Águeda e para o desenvolvimento das estruturas que estiveram na origem da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Águeda.-----

-----Conhecido pela sua permanente e particular preocupação com as comunidades serranas, dedicou grande parte da sua vida à valorização do território, à defesa das populações do interior do Concelho e à promoção de condições de desenvolvimento para as aldeias da Serra do Caramulo.-----

-----Destacou-se ainda pela sua participação cívica e intelectual, através da escrita de crónicas e reflexões que nos ficam como legado e que testemunham o seu compromisso com os valores da democracia, da solidariedade e do progresso.-----

-----O seu desaparecimento representa uma enorme perda de Agadão e de todo o Concelho de Águeda, ficando o exemplo de uma vida dedicada ao serviço da comunidade e ao fortalecimento das instituições democráticas locais.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Águeda, reunida em Sessão Ordinária delibera:-----

-----Ponto 1) Aprovar um voto pesar pelo falecimento de Joaquim São Bento Clemente Júnior;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Ponto 2) Expressar à sua família e aos seus amigos as mais sentidas condolências;-----

-----Ponto 3) Guardar um minuto de silêncio em memória da sua morte;-----

-----Ponto 4) Dar conhecimento do presente voto à família do homenageado e à Assembleia da Freguesia de Agadão.»-----

-----Muito obrigado. “-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Só um minutinho, Sr. Deputado. Se bem percebo, a proposta foi apresentada pelo Executivo e foi partilhada convosco na documentação. Portanto, o que nos está a dizer é que esta proposta é, de alguma forma, um complemento à proposta apresentada pelo Executivo e que é sufragada por todos os Grupos Municipais, correto? -----

-----**Deputado Paulo Tomaz:** Sim. No fundo, acompanha o que o Executivo nos expôs como voto de pesar, dá-lhe outras informações que não existiam e, portanto, podemos juntar-nos num único voto de pesar. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Os Grupos Municipais estão perfeitamente de acordo. Sr. Presidente, alguma coisa a opor? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Não, não tenho nada a opor. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Nada. Muito bem. Muito obrigado, Sr. Deputado. O Executivo associa-se, igualmente, à proposta apresentada e aqui reformulada, vamos dizer assim.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Temos essa posição. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Srs. Deputados? Sr. Deputado Gabriel Alexandre, faça favor. -----

-----**Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Boa noite a todos mais uma vez. Em nome de todos os membros da Assembleia Juntos por Águeda PSD / MPT, estamos inteiramente de acordo com o voto de pesar e associamo-nos também. Homem dinâmico, com foco no seu trabalho para a sociedade, com uma ação política e com uma dignidade que o caracterizava muitíssimo bem. Eu tive a honra de conhecer este homem e foi, de facto, algo muito bom. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Gabriel Alexandre. Mais alguma intervenção neste ponto, Srs. Deputados? Não. Eu vou passar à votação e depois só relembrando que, então, o que é proposto que seja deliberado é aprovar o voto de pesar do falecimento de Joaquim de São Bento Clemente Júnior, expressar à sua família e aos seus amigos as mais sentidas condolências, guardar o minuto de silêncio em sua memória e dar conhecimento do presente voto à família do homenageado e à Assembleia de Freguesia de Agadão. São estas as três propostas que constam, as quatro, aliás, deliberações que fazem parte desta proposta que vamos votar. Portanto,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Srs. Deputados, alguém vota contra? Alguém se abstém? Aprovado por unanimidade. Todas aquelas que resultam de ação desta Mesa de Assembleia serão cumpridas ou a única que não resulta dessa ação é aquela que vamos cumprir agora que é o minuto de silêncio. Portanto, façam favor. -----

-----[Minuto de silêncio] -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado a todos. -----

-----**3.2 Apreciação e votação da proposta de Alteração Modificativa n.º 1 ao Orçamento de 2026;** --

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, apesar de já termos dissertado sobre este tema, queira, por favor, tomar a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Apenas e só um esclarecimento que, entretanto, me foi dado. Os valores que têm aí são apenas e só os valores que foram alterados. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, intervenções? Intervenções para este ponto. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----"Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência. Sr. Presidente da Câmara, muito obrigado pelas suas respostas, pelos seus esclarecimentos e pela sua paciência também. Muito obrigado por me ter dado um documento que eu presumo que conhecia em parte, porque o que me deu dava-me a ideia que era um mapa que consta do Orçamento da Câmara 2025, correto? Eu até conheço o documento. E eu sei bem, quando aprovamos uma alteração retificativa, obviamente, só estamos a aprovar aquilo que é retificado. Aquilo que não é para retificar seria palha, como é óbvio. O que eu continuo a não conseguir compreender e o Sr. Presidente vai desculpar, naturalmente, é a minha dificuldade, o problema sou eu, não é a V. Exa. porque V. Exa. explica-se muito bem, eu é que compreendo muito mal. É como é que 14 milhões de euros passam de 2026 para 2029? Isso é que eu ainda não percebi. Não percebi porque é que quase 2 milhões previstos em 2027 nesta rubrica desaparecem. Ok, porque, se calhar, é para 2030. Mas pode explicar assim: é para 2030, certo? É que nós temos de perceber é porque é que estamos a transferir compromissos que estavam em novembro de 2025, previstos para este ano, estamos a transferi-los para 2029. O facto de ser ano de eleições é uma coincidência. Aquilo que eu estou a querer dizer é que é necessário perceber como é que se vai financiar este valor concreto dos 14 milhões. Não são os outros 23 milhões que têm planeado. Isso nós sabemos, consta do Orçamento e V. Exa. explicou na altura. Portanto, peço-lhe, Sr. Presidente, candidamente, num esforço, como se eu tivesse 4 anos. Então, explique, por favor." --

-----**Presidente da Assembleia:** Há alguma intervenção neste ponto? Sr. Deputado Pedro Vidal, por favor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Pedro António Machado Vidal – CDS-PP:**-----

-----"Sr. Presidente da Assembleia, restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Vereadores, caros colegas, público, funcionários da Autarquia, todos aqueles que nos assistem lá em casa. Portanto, assiste-nos hoje mais uma vez analisar e votar uma alteração modificativa do Orçamento, neste caso a primeira. E digo mais uma vez porque este Executivo já nos habituou a uma gestão assente no improviso, onde as regras são a retificação constante e a instabilidade no planeamento. O documento que nos é apresentado hoje, emitido e modificado muito recentemente, ainda agora, neste mês de junho, é o reflexo perfeito de uma liderança que não consegue prever, não consegue planear e que, acima de tudo, não consegue ou tem muita dificuldade em executar. Sr. Presidente, quando o valor de um Orçamento aprovado aqui nesta casa e passado poucos meses dele ter sido aprovado, vem novamente retalhado e modificado. As alterações modificativas deveriam ser a exceção, o último recurso para responder a imprevistos de força maior, mas não são. Sobre a sua liderança, isto tornou-se a norma. Todos os anos assistimos aqui ao mesmo filme. Aprova-se um Orçamento, com pompa e circunstância, vendem-se ilusões aos Munícipes e logo a seguir começa a roda livre das alterações. Esta alteração modificativa prova que o Orçamento inicial não passou, mais uma vez, de uma peça de ficção ou de propaganda. E se alguém nesta sala tem dúvidas disso, basta olhar para alguns exemplos práticos e para as prioridades invertidas que constam neste mesmo documento. Olhemos para o corte drástico que fazem na rubrica do urbanismo e desenvolvimento económico. Esta alteração retira mais 220.000 euros, mais precisamente 220.440 euros, que estavam destinados ao investimento nesta mesma área. Como é que o Município quer atrair mais empresas, criar emprego e fixar jovens, se a primeira coisa que faz a meio do ano é cortar no desenvolvimento económico? Isto, a meu ver, não é planear, é sim asfixiar a economia do Concelho. E para onde vai o dinheiro retirado ao investimento estrutural, perguntam vocês que não leram o documento? Vemos um reforço de 32.000 euros para festas e outros na rubrica da cultura e mais 100.000 euros injetados em outras despesas correntes nos serviços gerais. Ou seja, tiraram-se verbas que deveriam criar riqueza para estourar em despesa corrente e em eventos. É a política do costume, a ilusão do momento em vez da obra e desenvolvimento. Mas o cenário torna-se ainda mais grave quando confrontamos este festival de alterações com a realidade dos fatos. O Sr. Presidente altera o Orçamento todos os anos, vezes sem conta, mas nunca consegue apresentar uma execução orçamental em condições, certo? Pergunto-lhe diretamente, Sr. Presidente, de que serve andar a mudar verbas de um lado para o outro se no final do ano as grandes obras acabam por ficar no papel ou não acabadas? De que serve reajustar rubricas se o dinheiro dos impostos dos nossos Munícipes fica retido na gaveta por alguma incapacidade de gestão e de concretização da vossa parte? A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

incapacidade de execução do nosso Município tem sido crónica. É um problema estrutural da falta de capacidade técnica e política para gerir os destinos do nosso Município. Aqui, o nosso Presidente é muito ágil a assinar despachos de alteração, mas é profundamente ineficaz a pôr as obras no terreno, como todos nós já sabemos. Sr. Presidente, governar, a meu ver, não é navegar à vista. Essa alteração modificativa não resolve os problemas do nosso Concelho. Apenas, mais uma vez, tenta disfarçar um planeamento inicial que, mais uma vez, deve ser aqui dito, foi mal feito, como nós, lá atrás, dissemos. A nossa posição e a posição do CDS é muito clara: os Munícipes merecem um Orçamento que seja cumprido e não um documento que é alterado constantemente para tentar justificar alguma inércia e a falta de execução dos Orçamentos iniciais. Não podemos compactuar com essa política de remendos. Exigimos rigor, exigimos planeamento e, acima de tudo, exigimos que o dinheiro previsto no Orçamento inicial seja, efetivamente, investido na melhoria da qualidade das nossas populações. Disse.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Pedro Vidal. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Muito bem. Sr. Presidente, tem a palavra, novamente.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, como todos sabem, eu sou profundamente católico e nesta altura apetece-me citar Jesus Cristo: “Perdoa-lhes, Pai, que eles não sabem o que dizem”. E é só isso, Sr. Presidente. A sério. Estamos aqui a falar da operacionalização de uma coisa para concretizar, para fazer e vêm as pessoas lerem não sei o quê, que numa noite de insónia escreveram, não fazem ideia do que é que estão a dizer. Percorra o Concelho e delicie-se com as obras que acontecem na sua terra. Na sua terra, onde vive. Faça esse exercício. Delicie-se, orgulhe-se. “Perdoa-lhes, pai!”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Já terminou, Sr. Presidente? Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Mais nenhuma intervenção? Muito bem. Vamos avançar para a votação do ponto.-----

-----Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por maioria**, com 7 abstenções (3 do Grupo Municipal do CDS, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 2 do Grupo Municipal do PS), a proposta de alteração modificativa número 1 ao Orçamento de 2026. -----

-----**3.3 Apreciação e votação do Regulamento “Normas de Participação da iniciativa Carnaval Fora D’Horas”;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, há alguma coisa a acrescentar? Srs. Deputados, alguma intervenção? Sra. Deputada Catarina Nogueira, por favor.-----

-----**Ana Catarina Duarte Nogueira – CH:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Sr. Presidente, relativamente à Iniciativa Carnaval Fora de Horas, o Grupo Municipal do CHEGA considera positiva a atribuição de vouchers aos participantes, reconhecendo que esta medida pode constituir um incentivo à participação dos cidadãos e, simultaneamente, contribuir para a dinamização do comércio local. Entendemos que iniciativas desta natureza podem gerar benefícios para a economia do Concelho, promovendo uma maior interação entre os eventos municipais e os agentes económicos locais. Contudo, por uma questão de transparência e de boa gestão dos recursos públicos, consideramos importante que sejam divulgados os limites mínimos e máximos dos montantes a atribuir através destes vouchers. Gostaríamos ainda de saber se os valores destinados a esta medida se encontram devidamente previstos no Orçamento Municipal para o presente ano e qual o impacto financeiro estimado desta iniciativa para o Município. Muito obrigada."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada Catarina Nogueira. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Então, muito bem. Sr. Presidente, faça a favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, os vouchers, conforme consta do regulamento, a organização vai definir o seu montante, e ao contrário do que às vezes se tenta passar, naturalmente há um limite imposto pelo Orçamento. a ideia que tenho é, indiscutivelmente, a questão dos inscritos e exatamente porquê? Temos um montante e vamos ver até onde é que podemos ir. Se forem muitas pessoas, como nós imaginamos, provavelmente o valor do voucher será mais pequeno para cada um porque temos um montante para dividir por todos. E por isso é que não pode estar inscrito porque imaginem se nós definirmos um preço e temos aqui um número extraordinário de participantes, fazemos disparar essa verba e, exatamente, com o tal rigor orçamental balizamos aqui. O que sei é uma coisa muito certa: igual para todos. Muito obrigado Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Não? Passamos então à votação.-----

-----Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta do Regulamento "Normas de Participação da iniciativa Carnaval Fora D'Horas".-----

-----**3.4 Apreciação e votação do Regulamento de Concessão de Regalias Sociais de Incentivos à Fixação dos Bombeiros Voluntários de Águeda;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Verifiquei que consta da documentação remetida e está perfeitamente elencado, mas ainda assim, Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, trata-se de um regulamento de concessão destas regalias aos Bombeiros. Naturalmente que a atividade dos Bombeiros merece-nos todo o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

respeito e consideração e até poderia dizer que temos toda a intenção de incentivarmos mais, o que pudermos o voluntariado dos Bombeiros. E para além de todo o reconhecimento que nos é merecido, que achamos perfeitamente ajustado um conjunto de regalias. Dizer que já tínhamos um regulamento anterior que tinha uma validade e por isso é que estamos aqui a trazer um conjunto de alterações que ainda não são todas as alterações que queríamos colocar mas o andamento do ano e muito trabalho, indiscutivelmente, não nos foi possível andar mais cedo, no sentido de não criarmos aqui um hiato, avançamos desde já com a indicação de que temos a intenção de voltarmos brevemente com uma alteração e com mais incentivos, porque parece-nos claro que cada vez mais, perante alguma crise de vocações, entre aspas, este reconhecimento com estes incentivos deverão valorizar cada vez mais este voluntariado dos Bombeiros. A grande maioria das medidas já vêm do regulamento anterior que, volto a dizer, prescreveu porque tinha uma validade e, portanto, a ideia é avançarmos desde já, não criarmos um tal hiato, mas estamos a trabalhar para irmos mais longe. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Presidente. Srs. Deputados? Temos o Sr. Deputado Pedro Marques, por favor. Sra. Deputada Catarina Nogueira. Faça o favor, Sr. Deputado.-----

-----**Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Boa noite a todos, mais uma vez. Já vos cumprimentei, mas considerem-se cumprimentados na pessoa do Sr. Presidente da Mesa. Bem-haja, Sr. Presidente, porque este protocolo que vai permitir algumas regalias aos Bombeiros Voluntários é fundamental para atrair, efetivos para o serviço que é fundamental e que os Bombeiros prestam. Deixe-me dizer-lhe, Sr. Presidente, que esta assinatura deste protocolo... vou pedir-lhe que depois desta aprovação deste protocolo que vem agora aqui à Câmara, que a Direção dos Bombeiros continue a falar com a Câmara, porque não é um documento fechado, segundo aquilo que me disse e nem pode ser um documento fechado, porque há coisas que nós vamos ter que continuar a melhorar, a bem do serviço prestado pelos Bombeiros de Águeda. Só ressaltar aqui uma coisa, Sr. Presidente, é que, que eu me lembre, não houve ninguém que estabelecesse tantos protocolos com os Bombeiros e que oferecesse tanto aos Bombeiros como este Executivo. Isso é inegável, é uma prova inegável e é inegável que aconteceu e que está a acontecer e que o Sr. Presidente sabe, exatamente, aquilo de que os Bombeiros têm a necessidade para cativar pessoas para o seu serviço. Portanto, bem haja por este protocolo. Eu estive a lê-lo, acabei por ler. O Pedro há bocado disse que nós não lemos, mas eu li de cima a baixo, li o protocolo todo. Está muito bem elaborado e parece-me a mim, vai permitir enormes regalias, desde o IMI, da isenção do IMI, isenção das licenças, mais casas, apoio aos miúdos, aos filhos de Bombeiros. Portanto, permite que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

os Bombeiros tenham uma série de benefícios e que existam, efetivamente, esses benefícios. Isso é fruto de quem faz, Sr. Presidente e ainda bem que fez. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Marques. Sra. Deputada Catarina Nogueira, por favor. -----

-----**Ana Catarina Duarte Nogueira – CH:**-----

-----”Sr. Presidente, o Grupo Municipal do CHEGA manifesta o seu apoio à atribuição de regalias sociais e medidas de incentivo à fixação dos Bombeiros Voluntários de Águeda, reconhecendo o papel fundamental que estes homens e mulheres desempenham na proteção de pessoas e bens, muitas vezes com elevado espírito de sacrifício e dedicação à comunidade. Consideramos que todas as iniciativas que contribuam para valorizar, apoiar e reforçar o voluntariado nos corpos de Bombeiros merecem o nosso reconhecimento e apoio, sobretudo numa altura em que é cada vez mais importante garantir a atração e retenção de elementos para esta missão de serviço público. Contudo, relativamente aos critérios definidos para a atribuição de alguns destes apoios, entendemos que não deveria existir diferenciação baseada exclusivamente nos anos de antiguidade dos Bombeiros. Respeitando naturalmente o mérito e a experiência adquirida ao longo dos anos de serviço, consideramos que todos os Bombeiros que cumprem a sua missão com empenho e disponibilidade devem beneficiar de um tratamento equitativo no acesso às medidas de apoio previstas, evitando a criação de diferenças que possam ser entendidas como discriminatórias entre elementos da mesma corporação. Nesse sentido, defendemos que os incentivos e regalias sociais devem assentar, acima de tudo, em princípios de igualdade, justiça e valorização de todos aqueles que diariamente servem a população, independentemente do número de anos que já tenham ao serviço da corporação. Muito obrigada. “-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sra. Deputada Catarina Nogueira. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Sra. Deputada Maria Galhano, por favor. -----

-----**Maria dos Santos Galhano – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Boa noite a todos, Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Sras. e Srs. Deputados. Rapidamente, a propósito deste novo regulamento, saudar as medidas evolutivas relativamente ao regulamento passado mas, sobretudo, deixar aqui só uma sugestão para percebermos e para olharmos para os Bombeiros e para este processo de recrutamento cada vez mais difícil em determinadas áreas, como também não só um processo de emergência mas também um processo de retenção e de futuro para os Bombeiros e, potencialmente, um projeto de futuro para muitos jovens aguedenses também, portanto, eu diria que deixava a sugestão de se associar uma simples avaliação do impacto destas medidas, destas melhorias ao regulamento, percebermos mais ou menos o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

número de beneficiários, o impacto que efetivamente pode ter e até mesmo a transmissão para os quadros ativos para perceber, eventualmente, a médio / longo prazo se há um efeito positivo na prestação deste serviço e, sobretudo, na valorização desta carreira no Concelho. Obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado Sra. Deputada Maria Galhano. Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor. -----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----”Sr. Presidente, antes de tudo subscrevemos muito a intervenção anterior. Estas métricas são muito relevantes. Associamo-nos, naturalmente, a este conjunto de regalias, no fundo, reeditado. Ficamos satisfeitos de saber que em breve acontecerá, no fundo, permita-me dizer assim, a vinda de um novo pacote de regalias. Gostaríamos nessa data de termos a oportunidade também de fazer algumas propostas e não deixo de dizê-lo e o Sr. Presidente perceberá perfeitamente que os esforços que os nossos Bombeiros fazem é heroico. Colocar a vida em risco não é apenas colocar a própria vida em risco, é colocar a felicidade muitas vezes do próprio filho e das esposas e vai compreender o que eu vou dizer. Apesar de tudo o que possamos fazer nestes protocolos, a melhor regalia que poderíamos preparar para oferecer futuramente aos Bombeiros de Águeda é termos um território estruturalmente transformado para que nem tantas vezes tenham de colocar a própria vida em risco. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado Paulo Tomaz. Mais alguma intervenção? Sr. Presidente, pretende usar da palavra. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente. Naturalmente que congratular-me com o apoio de todos a este apoio que damos aos Bombeiros. Dizer ao Sr. Deputado Pedro Marques que não há dúvidas nenhuma da relevância que para nós têm os Bombeiros e tudo o que eles representam. Dizer-lhe que nos sentimos muito satisfeitos por todo o apoio e por toda a capacitação que também temos ajudado a promover dos nossos Bombeiros. Não são fardas, não são incentivos, não são carros, não são só centros de formação, é tudo isso. É tudo isso! Não só instalações, temos estado em tudo isso e de uma forma absolutamente notável, penso eu, sem regatearmos esse esforço por uma razão muito simples: os Bombeiros, percebemos claramente o seu papel absolutamente indispensável e o seu esforço notável e, sobretudo, esse risco. E, portanto, também nós, trabalhamos todos os dias para diminuirmos esses riscos, mas sendo certo que, tal como ficou ainda bem provada nas tempestades que tivemos, ninguém está incólume e, por muito bem preparados que estejamos, as coisas acontecem e às vezes precisamos de ter, efetivamente, estes Soldados da Paz devidamente capacitados para tal.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Relativamente à questão que a Deputada Catarina nos falou, relativamente à questão da idade de serviço, nós entendemos que a igualdade está mantida na igualdade do acesso, mas que haja uma relevância e uma melhoria naqueles que, efetivamente, têm mais tempo de serviço aos Bombeiros, até porque depois podemos falar, mas há, relativamente a certas questões, um Bombeiro que chega do primeiro ano, as garantias de que fique durante muito tempo não são as mesmas e nem há a mesma atenção que nós temos que ter para aqueles que já lá estão há uma série de anos e que têm essa perseverança. Não são marinheiros de primeira água e, efetivamente, sentem e dão-nos essa garantia de que sentirão sempre o que é ser Bombeiro e serão sempre e por isso é que há estas diferenças apenas e só, para que, no fundo, quase que também aqui aspirarmos a uma melhoria da carreira e acontece praticamente em todas as profissões e é desejável que aconteça também nestes incentivos, que haja aqui uma escada que permita a todos os Bombeiros subir e subirem com aquilo que nós, efetivamente, estamos habituados a ver neles, altruísmo, dedicação, empenho e, sobretudo, esta capacidade de se porem ao risco que é absolutamente determinante para todos nós. E, volto a dizer, de entrada, as coisas não são perfeitamente a mesma coisa e ninguém garante que venha a ser. Há um incentivo à continuidade e temos tantos Bombeiros com tantos anos que também lhes sentem, por outro lado, esta questão da igualdade, eu diria que é um conforto e que todos, mesmo os mais novos, se sentem perfeitamente confortáveis com isto, de reconhecer que o Bombeiro que tem 30 anos de serviço ininterruptos, que está ali, tem uma pequena distinção, eu acho que sim. Eu acho que, também por aqui, é a própria sociedade a dizer: “estamos aqui, estamos a dar aqui o melhor dos recursos que a sociedade tem, que os dá e de uma forma absolutamente justa, mas a ti ainda vamos fazer um esforço suplementar e vamos a mais. Porque estás cá há este tempo todo.”-----

-----A Maria Galhano, dizer-lhe que, naturalmente, temos avaliação de tudo isto, aliás, temos números do regulamento passado e daquilo que foi a adesão e temos isto monitorizado e podemos disponibilizar sem grandes problemas. O Paulo Tomaz falou, sobretudo, e bem desta questão de estarmos preocupados em tornar o nosso território mais seguro, no fundo, é isso. E é um desígnio de todos. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, podemos, então, passar à votação?-----

-----Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta do Regulamento de Concessão de Regalias Sociais de Incentivos à Fixação dos Bombeiros Voluntários de Águeda.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**3.5 Apreciação e votação da proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Castanheira do Vouga para atribuição do apoio financeiro para a elaboração dos Projetos de Especialidades de Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, trata-se de um apoio à Junta de Freguesia para elaborar o projeto de ampliação e beneficiação do edifício sede da Junta. Eu recordo que o edifício sede da Junta da Castanheira tem a funcionar o Jardim de Infância. Já agora uma nota, o Jardim de Infância da Castanheira, até fruto da sua boa localização, ou seja, é um sítio de passagem de muitas pessoas que trabalham em Águeda, tem um aumento de procura. Tem acontecido um pouco por todo o Concelho. Numa aldeia e numa Freguesia serrana isto estar a acontecer, ao contrário, acho que precisa de ser incentivado. Também a Junta de Freguesia, no tempo em que foi União de Freguesias, as coisas não melhoraram do ponto de vista das instalações e agora que a Junta de Freguesia está autónoma, precisa de evoluir e precisamos de fazer esta ampliação. A Junta precisa fazer esta ampliação e aquilo que este financiamento prevê é o apoio para o projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados alguma intervenção? Não? Passamos então à votação. -----

-----Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Castanheira do Vouga para atribuição do apoio financeiro para a elaboração dos Projetos de Especialidades de Requalificação do Edifício da Junta de Freguesia.-----

-----**3.6 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Belazaima do Chão, no âmbito do evento “Evento da Freguesia Natal”, de 2025;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, o que se apraz dizer? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, trata-se de um apoio de 800 e qualquer coisa euros à Junta de Freguesia de Belazaima do Chão para o Evento Natal. Houve aqui um pedido de esclarecimento, eu acredito que está aqui um pouco a destempo e está aqui o Sr. Presidente da Junta que, se quiser explicar o porquê deste hiato temporal, agradecia. E pedia ajuda ao Sr. Presidente da Junta para esclarecer. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Faça a favor, Sr. Presidente. -----

-----**Presidente da Junta de Freguesia de Belazaima do Chão – Carlos Santos:**-----

-----”Muito boa noite a todos. Sr. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Câmara. Compreendo. Este hiato tem a ver com a impreparação, na altura, que nós tínhamos. Tínhamos acabado de tomar posse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

e havia já algumas associações que já tinham iniciado algumas iniciativas Natal e nós, da mesma forma que nos associámos a eles, tentámos associá-los a nós também num evento. Este processo decorreu dentro de alguma normalidade devido à velocidade com que estávamos junto do próprio evento. Entretanto, eu tentei reunir o máximo possível de forma a ir buscar esse apoio porque ainda estava dentro desse tempo e considerei que tinha tudo devidamente alinhado. Entretanto, foram pedidas explicações pelo Município. Eu entreguei essas explicações. Essas explicações depois foram avaliadas pela Câmara e não foram atempadamente a uma das outras Assembleias anteriores porque me atrasei também na entrega de um ou dois documentos e daí o hiato de tempo e só agora ter sido trazido a esta Assembleia. Os documentos comprovativos estão aí todos. Está aí o relatório das atividades. Eu penso que, aqui neste caso, o hiato de tempo foi mesmo o atraso no meu envio de documentos. Eu não sei se alguém quiser explicar os documentos, estão todos. Obrigado a todos.”----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Presidente da Junta, está explicado. Srs. Deputados, algum esclarecimento quanto a esta questão? Podemos passar à votação. -----

-----Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Belazaima do Chão, no âmbito do Evento da Freguesia Natal, de 2025.-----

-----**3.7 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Barrô, no âmbito do evento “Estás em Barrô...Mexe-te”, de 2026;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Os pontos seguintes são várias propostas de apoio, tal e qual como é habitual, a eventos realizados nas diversas Freguesias. Curiosamente têm todos o mesmo montante, porque atingiram aquele valor para que pudessem atingir o montante máximo que está estabelecido e, eu diria que vão sendo as várias Freguesias a passar nos diversos pontos, são sempre realizações diferentes, mas o âmbito é o mesmo. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Entendido. Srs. Deputados, alguma intervenção? Ponto 3.7. Sra. Deputada Carla, por favor. -----

-----**Carla Eliana da Costa Tavares – PS:**-----

-----”Muito obrigada, Sr. Presidente a quem aproveito para cumprimentar, bem como as Sras. Secretárias, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e Srs. Vereadores, os colegas membros desta Assembleia Municipal e também quem assiste através da ÁguedaTV.-----

-----Em relação a estes pontos, e são várias, eu vou fazer apenas esta intervenção, e com um objetivo comum e por isso valerá para todos os restantes pontos relativos aos apoios às Freguesias. Salvo erro, o Regulamento de Apoio às Associações que está em vigor e no qual se baseia também o apoio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que estamos aqui a votar hoje, já data e, Sr. Presidente da Câmara, corrija-me se estiver errada, de 2013, ou seja, já tem uns valentes anos e, entretanto, muita coisa se alterou, o custo de vida também aumentou, infelizmente e, por isso, aquilo que eu aqui vinha propor e eu acho que é da maior justiça, até tendo em conta o trabalho que é feito pelas Juntas de Freguesia, é que haja uma revisão dos valores, ou do limite máximo que é concedido ou que é permitido conceder-se. Com certeza não será por falta de disponibilidade financeira por parte da Câmara Municipal que, aliás, sempre tem dito que a Câmara Municipal goza de uma boa situação financeira, certamente não será essa a razão que inviabilize que se aumente o limite máximo destes apoios que são dados às associações ou às Juntas de Freguesia e aqui fica também a proposta, tendo em conta o custo de vida, as alterações que decorreram no tempo, se propõe que não possa ser inferior ou não deve ser inferior a 5.000 euros, parece-me que este é um valor que é normal, que é perfeitamente razoável e por isso era apenas esta a nota que aqui queria deixar, uma proposta de revisão deste regulamento, nomeadamente no que se refere ao limiar máximo e, já agora, também na senda e na sequência da intervenção que aqui foi feita pela Sra. Deputada Municipal Maria Galhano - não me enganei no nome, pois não? - esta prática, aliás, não é só a nível municipal, é uma prática que a nível nacional também não se pratica, desculpem a redundância, mas é muito importante em política pública, nas Câmaras Municipais e a outros níveis também, fazer-se esta monitorização e avaliação dos apoios que são dados, das medidas que são implementadas porque necessariamente e lá está, neste regulamento já passaram tantos anos, há certamente ajustes. A realidade alterou-se e há sempre ajustes que devem ser feitos e muitas vezes há situações que se cristalizam no tempo e situações que acabam por se tornar inviáveis e até, de certa forma, ineficazes, precisamente por isso, porque que há uma recusa ou não há o hábito de se fazer monitorizações, de se fazer avaliação de implementação de medidas e da legislação e por isso fica aqui esta nota, reiterando também aquilo que foi aqui referido pela Deputada Maria Galhano e este pedido para que este valor seja reavaliado, porque parece-me que é da maior justiça. E aproveito também para reiterar também as saudações aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, a todos os seus Executivos e às Freguesias de uma forma geral, pelo trabalho que têm feito com estas atividades, que são festas, é certo, mas também acabam por criar uma grande envolvência dos seus cidadãos, dos seus Fregueses, sobretudo nestas alturas mais de verão, que são mais propícios para este tipo de festividade. Muito obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. Naturalmente associando-me ao que aqui foi dito pelas Sras. Deputadas, tanto no que respeita à monitorização, como também ao aumento das comparticipações para a realização deste género de eventos, tendo em conta que a atualização não é feita há muito tempo, salvo erro é de 2013, disse-me, dá-me ideia que é de 2015, mas não tenho a certeza porque, entretanto, sei que por proposta de CDS havia um limite, um montante, digamos assim, um bolo que estava previsto e que seria dividido pelas Freguesias, só que na altura eram 20 Freguesias e, entretanto, passaram a 11 e a proposta foi no sentido de manter o valor total deste bolo e reparti-lo pelas 11 Freguesias, em partes iguais. Penso que há muitas formas de se ponderar isto, inclusive, já avançado também pelo CDS, pelos nossos Deputados e Presidentes de Junta, a necessidade de repensar este modelo de financiamento e de o aumentar porque, naturalmente, a inflação em 2013, apesar de toda a conjuntura económica negativa que se vivia então, era uma e hoje os valores e os preços são outros. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Não. Estamos no ponto 3.7. Vamos passar à votação.-----

-----Não havendo mais intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Barrô, no âmbito do evento “Estás em Barrô...Mexe-te”, de 2026.-----

-----**3.8 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Fermentelos, no âmbito do evento “Fermentelos Fest”, de 2026;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção? Nenhuma intervenção. Passamos então à votação. -----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Fermentelos, no âmbito do evento “Fermentelos Fest”, de 2026.-----

-----**3.9 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à União de Freguesias de Recardães e Espinhel, no âmbito do evento “Freguesia em Festa”, de 2026;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção também neste ponto? Não. Passamos então à votação.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à União de Freguesias de Recardães e Espinhel, no âmbito do evento “Freguesia em Festa”, de 2026.-----

-----**3.10 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, no âmbito do evento “Trofa Convida”, de 2026;**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Igualmente abertas as inscrições para intervenção. Não temos intervenções. Passamos à votação. -----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à União de Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, no âmbito do evento “Trofa Convida”, de 2026.-----

-----**3.11 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga, no âmbito do evento “Macinhata em Festa”, de 2026;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção? Nenhuma intervenção. Passamos à votação.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga, no âmbito do evento “Macinhata em Festa”, de 2026.-----

-----**3.12 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Aguada de Cima, no âmbito do evento “Festa da Vila de Aguada de Cima”, de 2026;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção? Passamos então à votação.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Aguada de Cima, no âmbito do evento “Festa da Vila de Aguada de Cima”, de 2026.-----

-----**3.13 Apreciação e votação da proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito do evento “Festas da Vila de Valongo do Vouga”, de 2026;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção? Passamos à votação. -----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido, **aprovado por unanimidade**, a proposta de atribuição de apoio à Junta de Freguesia de Valongo do Vouga, no âmbito do evento “Festas da Vila de Valongo do Vouga”, de 2026.-----

-----**3.14 Apreciação da informação escrita do Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, intervenções para este último ponto? Sra. Deputada Catarina Nogueira, por favor. -----

-----**Ana Catarina Duarte Nogueira – CH:**-----

-----“Sr. Presidente, após analisarmos o relatório apresentado pelo Sr. Presidente da Câmara e considerando que a questão da habitação constitui uma das prioridades do Grupo Municipal do CHEGA, gostaríamos de solicitar alguns esclarecimentos relativamente às medidas atualmente em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

vigor neste domínio. Em concreto, pretendemos saber quais são os apoios ao arrendamento que se encontram disponíveis no Concelho, quais os critérios de acesso aos mesmos, quantos agregados familiares estão atualmente a beneficiar dessas medidas e qual a periodicidade com que são efetuadas as revisões dos critérios aplicáveis aos beneficiários dos apoios em vigor. Adicionalmente, gostaríamos que o Sr. Presidente esclarecesse de que forma estas políticas e apoios à habitação estão a contribuir para promover a integração social, garantindo a igualdade de oportunidades, a coesão social e o acesso a uma habitação condigna para os Munícipes que dela necessitam. Agradecemos o esclarecimento sobre esta matéria, que consideramos fundamental para o desenvolvimento equilibrado e inclusivo do nosso Concelho. Muito obrigada.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sra. Deputada Catarina Nogueira. Srs. Deputados, mais intervenções? Não? Sr. Presidente, faça favor.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito obrigado. Muito obrigado à Catarina também pela pergunta. Naturalmente que eu não tenho os valores definitivos e concretos de tudo. Posso-lhe dizer que esta semana tivemos assinatura de mais um número significativo, mais 56 famílias apoiadas. Vamos apreciando as candidaturas e apostamos forte e são ótimos os resultados que temos vindo a ter com esta política de apoio ao arrendamento. E, já agora, permita-me que explique uma ideia base que está subjacente. Nós entendemos que, por um lado, conseguimos apoiar as pessoas que num determinado momento da sua vida precisam. O Município dá e atribui este apoio com uma dimensão financeira muito superior aos programas do Governo. Há uma leitura de que estaremos a desperdiçar com esta ação a possibilidade de ter sido o Governo a fazer esses apoios, mas é claramente uma aposta municipal por uma razão simples: nós conseguimos que um conjunto significativo de famílias que precisam deste apoio e algumas delas com algum tipo de problemas de inserção, nomeadamente, que dispersamos pelo território e, às vezes, diz-nos a prática que com uma boa vizinhança, pelo menos, não pioramos a situação. Ao contrário do que se juntarmos todas estas famílias em bairros sociais. Por outro lado, e aqui também, esta política tem vindo a fazer acontecer uma coisa muito simples, que é a recuperação do nosso edificado devoluto. Lembro os números que nós temos dos censos de 2021 que nos apontavam para mais de 2.900 casas devolutas. O que quero dizer e é por demais evidente o que tem vindo a acontecer nos nossos núcleos urbanos, que são aquelas casas devolutas que estão num programa acelerado de recuperação desse edificado, que entendemos que é absolutamente essencial também, porque se não a própria qualidade de vida das próprias cidades degrada-se brutalmente. Já agora, com este programa, uma das coisas que também conseguimos e percebemos que conseguimos é trazer os proprietários dessas casas devolutas, fazer com que eles tragam essas casas para o mercado de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

arrendamento. A garantia que a Câmara dá esta parte muito significativa do valor da renda faz com que as pessoas tenham confiança e, então, trazem essas casas que, de outra maneira, acredito que muitos não fariam. Portanto, há aqui uma política em que ganhamos nas várias frentes, eu diria que é ganha claramente e, continuamos a dinamizar este programa de incentivo e de apoio ao arrendamento. -----

-----Uma nota que aqui deixo é o seguinte, todas as candidaturas são avaliadas e não há nenhum limite financeiro em termos de pacote que nos diga que alguém que cumpre o requisito para ser apoiado deixe de ser apoiado por incapacidade financeira. Isso não acontece. Portanto, cumpre o requisito, tem apoio. Já agora, os apoios têm vários escalões e temos escalões em que pagamos, eu diria que vamos, inclusivamente, a 70% da renda, o que é francamente bom. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados, julgo que terminámos, não há mais intervenções? Vamos então passar agora à leitura da ata sob minuta. -----

-----Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Bom, e assim, desta forma, perfeitamente cordial e escoreita terminaram os nossos trabalhos de hoje. Agradeço a todos o empenho e a dedicação. Desejo-vos um excelente fim de semana e atenção ao calor, exatamente, o que falámos aqui há pouco. Atenção porque, pelos vistos, não vai ser fácil. Muito obrigado. Vamos todos a banhos. Um abraço. -----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas vinte e três horas e quarenta e seis minutos do dia dezanove de junho de dois mil e vinte e seis, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

Assinado por: **José Filipe de Almeida Pereira**
Num. de Identificação: 09773716
Data: 2026.09.23 14:38:45+01'00'

A Primeira Secretária:

Assinado por: **Cristina Paula Fernandes da Cruz**
Num. de Identificação: 10030219
Data: 2026.10.02 10:32:51+01'00'